

**PROGRAMA
DE GOVERNO
DA COLIGAÇÃO**

**RECIFE CIDADE
DA GENTE**

(PT/PSOL/PTC/PMB)



Marília13

P R E F E I T A

Vice João Arnaldo



RECIFE

cidade inteligente

2021 - 2024

ÍNDICE

Apresentação	4
Os Desafios da Conjuntura	5
Diretrizes do Programa de Governo	7
Eixos de Trabalho/diagnósticos e Propostas	8
Eixo 1: Proteção Social – Saúde, Assistência	9
Eixo 2: Cidadania Ativa - Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Comunicação e Conectividade	28
Eixo 3: Direito À Cidade - Planejamento e Serviços Urbanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Moradia, Mobilidade E Prevenção À Violência	48
Eixo 4: Trabalho e Economia	73
Eixo 5: Combate Às Desigualdades	79
Eixo 6: Gestão Eficaz E Democrática - Participação Social E Transparência	95

APRESENTAÇÃO

O Brasil e o povo brasileiro vivem tempos difíceis. A imensa crise social, fiscal e econômica foi agravada pela pandemia da COVID-19 e pelo desgoverno do presidente Bolsonaro e seus aliados. A retirada de direitos, o desmonte das políticas públicas, o ataque ao patrimônio público, a total ausência de programas de desenvolvimento, faz com que a queda de arrecadação e o aumento da demanda por serviços públicos cresça cada vez mais nos municípios brasileiros. Portanto, é fundamental assumir o compromisso de governar com visão inovadora, pautada na gestão ética, transparente e democrática, com ampla participação popular, priorizando e cuidando dos que mais precisam.

Neste cenário, a coligação Recife Cidade da Gente (PT/PSOL/PTC/PMB) apresenta seu Programa de Governo para o Recife, período 2021-2024, com um projeto de gestão inovadora, com o olhar no presente, mas projetando ações para o seu futuro.

Nossa administração promoverá uma efetiva inversão de prioridades, comprometida com o bem-estar da população, privilegiando os investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, assistência, saneamento básico, habitação, transporte, meio ambiente, cultura, desenvolvimento local, de forma articulada com todos os segmentos sociais e esferas de poder.

Para isso, vamos debater com a população do Recife as propostas para uma gestão aberta ao diálogo e à participação popular. Uma gestão atenta às reais necessidades da população e às dificuldades dos segmentos vulneráveis que estará desamparada diante da grave situação do país.

Em virtude disso nosso Programa de Governo, fruto do acúmulo histórico das propostas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores e pela coligação Recife Cidade da Gente, que por meio de seus mandatos populares vem atuando na defesa de um plano de reconstrução e transformação social, capaz não apenas de retomar o crescimento da economia, mas, acima tudo, construir um desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Temos plena convicção que, com o apoio da população do Recife, implantaremos as políticas que formulamos e defendemos em pleitos eleitorais recentes, tanto no âmbito federal e estadual, quanto no municipal. A partir da evolução e ampliação dessas propostas e do desenvolvimento de novos projetos, apresentamos as diretrizes e compromissos que assumimos com o povo do Recife.

OS DESAFIOS DA CONJUNTURA

A campanha eleitoral municipal em 2020 será realizada em uma conjuntura na qual os danos da política ultraliberal desenvolvida no país desde 2016 vêm provocando desmontes e retrocessos nas políticas sociais, nos direitos previdenciários e trabalhistas, privatizações e cortes provocados pela Emenda Constitucional 95/2016, mais conhecida como a PEC da Morte, por reduzir gastos em áreas essenciais e congelar os gastos públicos por nada menos que 20 anos.

O Brasil vive uma crise sem precedentes na história. Esta crise – sanitária, social, econômica, política, ambiental e cultural – está entrelaçada a uma crise mundial, gerando insegurança, medo, descrença e pessimismo na sociedade.

Após anos de estabilidade democrática, em um curto período da história brasileira inúmeros direitos foram cassados, violados e massacrados, com diversos casos de violência incentivados pelo discurso de ódio. O país andou para trás na renda do povo, na saúde, na educação, na defesa do meio ambiente e na liberdade.

O desemprego está nas alturas e quase 90% das ocupações criadas são informais, segundo o IBGE. A taxa de trabalhadores sem registro, sem direitos e sem proteção social já ultrapassa 40%. Sem falar dos desalentados que nem ocupação têm.

São estes que sofrem com o aumento dos combustíveis, do gás de cozinha e do abusivo preço dos alimentos. O desmatamento aumentou 83%, com incentivo de um governo que arruinou nossa imagem junto aos ambientalistas e à comunidade internacional. Líderes indígenas e sindicalistas foram assassinados; professores e artistas, perseguidos; e mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+s sofrem diariamente com a violência e são assassinadas, tudo isso com total aval do governo federal.

No centro desses retrocessos está a imposição de um modelo excludente e concentrador de riqueza e renda, que propõe o desmonte do Estado - não só por meio da privatização selvagem de empresas como a Petrobras e riquezas como o pré-sal, mas pela destruição dos instrumentos de construção da soberania nacional, como os bancos públicos e o fomento à ciência e tecnologia.

Vivemos tempos sombrios, com ações potencializadas por um governo que ataca os direitos humanos, os direitos sociais, o meio ambiente e a soberania. Os desdobramentos da pandemia, que com a política genocida do governo levou mais de 145 mil brasileiros e brasileiras a morrerem vítimas da Covid-19, somente agravaram tudo o que já vinha sucedendo no país, desde o golpe de 2016, que retirou a Presidenta Dilma Rousseff do poder.

Associada à crise existente e tendo como principais protagonistas segmentos conservadores da sociedade, nos últimos tempos presenciamos o avanço de grupos portadores de visões retrógradas e excludentes no cenário político brasileiro, seja no aprofundamento do comportamento antipolítico, seja no discurso de ódio a trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais, bem como o constrangimento aos que pensam diferente de sua linha ideológica.

Mas, por outro lado, apesar do clima de intimidação, agressão e violência que estes setores buscam criar, vislumbramos a mobilização dos mais diversos grupos de defensores da democracia, mostrando a força dos que resistem aos retrocessos de um governo ditatorial instalado em nosso país.

Por isso mesmo, além de se unir ao clamor popular em defesa da soberania do voto, nossa campanha enfrentará o pleito municipal como mais uma etapa na luta pela preservação da legalidade democrática e das conquistas sociais no Brasil, adquiridas mais fortemente ao longo de 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff.

No presente Plano de Governo, estes objetivos se traduzem em uma proposta progressista, democrática e popular que busca reafirmar os direitos de um Recife onde as pessoas exerçam plenamente sua cidadania, que seja justa, fraterna e solidária.

Nesse contexto, nosso desafio, em âmbito municipal, será reafirmar os princípios norteadores que nossos governos promoveram na esfera nacional, gerando e garantindo novos direitos, como: o caráter público do SUS; a educação pública, gratuita, de qualidade, laica e livre de censuras; as políticas sociais como instrumentos de combate à miséria, à pobreza e à desigualdade; o Estado como promotor das igualdades de gênero, etnia, etária e orientação sexual; a transparência na gestão pública; a participação política como elemento de decisão pública, dentre outros.

Por isso mesmo, nos orgulhamos das políticas públicas implantadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, que estão presentes aqui no Recife. Programas e investimentos desenvolvidos, tais como: o aumento do poder de compra do salário-mínimo, o programa Bolsa Família, o Luz para Todos, o Minha Casa, Minha Vida, o Programa de Cisternas brasileiro – reconhecido pela ONU como uma das melhores políticas públicas do mundo. O programa Brasil sem Miséria, o de Acesso ao Ensino Técnico e emprego (PRONATEC), o da Universidade para Todos (PROUNI), a criação da Farmácia Popular, o Piso Nacional de Educação, o combate ao trabalho escravo, o SAMU, a construção de UPAS e a implementação do programa Mais Médicos, o apoio à agricultura familiar, entre outros.

Todas essas conquistas deram origem a um desenvolvimento que possibilitou a redução da pobreza, da desigualdade e a melhorias significativas na distribuição da renda familiar.

No Recife, infelizmente, a atual gestão municipal não deu prioridade às ações voltadas a melhorar as condições de vida da população, deixando a comunidade desamparada – seja por falta de visão, conhecimento, ou até mesmo por incompetência administrativa.

Por isso mesmo, é visível em nosso município os descuidos com a saúde, especialmente a atenção básica; a piora nos indicadores educacionais; o sucateamento do transporte público; o abandono das áreas de morro e Zonas Especiais de Interesse Social; a deterioração de espaços públicos como praças, feiras e equipamentos esportivos; a falta de transparência e participação popular nas decisões de governo. Trata-se de um modelo administrativo no qual a indiferença em relação à segurança pública se constitui num dos mais claros exemplos de descaso com a cidade.

Diferentemente do desprezo aos mais pobres demonstrado pelos governantes atuais, as gestões petistas sempre tiveram como foco principal diminuir o abismo existente entre privilegiados e excluídos e a defesa da vida e da dignidade dos que mais precisam.

O povo do Recife merece um governo que tenha capacidade de enfrentar os duros desafios dos tempos atuais e que aja no interesse da maioria da população. Para isso, a candidatura de Marília Arraes como prefeita e João Arnaldo Novaes como vice-prefeito, com a coligação Recife Cidade da Gente, se apresenta para debater publicamente as diretrizes do nosso Programa de Governo, Recife Cidade Inteligente, para construir um Recife socialmente justo, que aprofunde a democracia e a participação popular e que enfrente os problemas do município.

PRINCÍPIOS QUE FUNDAMENTAM O PROGRAMA DE GOVERNO

- Garantir um modelo de desenvolvimento para a cidade com justiça socioambiental, promovendo o bem viver e incentivando a economia solidária.
- Fortalecer o serviço público municipal, com reestruturação de órgãos e valorização de servidoras e servidores municipais;
- Assegurar a todas e todos os recifenses o acesso a direitos sociais básicos, de forma justa, equitativa e com qualidade, respeitando a diversidade da composição da população.

- Assegurar que as políticas públicas municipais priorizem as demandas da maioria da população, que é feminina, negra e periférica.
- Combater as desigualdades em todas as suas manifestações, especialmente aquelas estruturadas pelo racismo, o machismo e a discriminação de classe.
- Estabelecer um modelo de gestão da cidade transparente e que estimule e garanta a participação democrática de todos os cidadãos e cidadãs.
- Promover a inovação e a integração institucional para articular as diversas políticas setoriais, com base na interdependência dos direitos humanos e na necessidade de trabalhar as demandas de maneira integral, evitando sobreposições, desperdícios e retrabalhos.
- Promover a justiça tributária na arrecadação e no programa de isenções municipais.

EIXOS DE TRABALHO/PROPOSTAS

- Proteção Social – Saúde e Assistência
- Cidadania Ativa - Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Comunicação e Tecnologia da Informação
- Direito à Cidade - Planejamento e Serviços Urbanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Moradia, Mobilidade e Proteção à Violência
- Trabalho e Economia
- Combate às Desigualdades
- Gestão Eficaz e Democrática - Participação Social e Transparência

EIXO 1

PROTEÇÃO SOCIAL – SAÚDE, ASSISTÊNCIA

Uma das grandes lacunas existentes no Recife é o acesso a um sistema de Saúde amplo e eficiente. O atual sistema de Saúde municipal deixou de atender a lógica preconizada pelo SUS – de priorizar a atenção básica - e passou a servir como uma espécie de muleta para dar suporte à superlotada e mal distribuída rede estadual. Essa é a realidade apontada por especialistas, servidores, analistas e pela população – que sente na pele o desmonte de um modelo robusto de atenção primária que foi desenvolvido e montado durante as gestões do PT na capital pernambucana (2000-2012).

O resultado desta desastrosa inversão trouxe graves prejuízos para o atendimento à população, em especial aos que dependem exclusivamente do serviço público, que é de maioria negra, feminina e periférica. O fechamento/sucateamento de postos e pontos de Unidades de Saúde da Família, o corte nos investimentos nas Equipes de Saúde da Família, o enfraquecimento dos Núcleos de Atenção à Saúde da Família (NASF's), a demora na reposição de recursos humanos em todas as atividades na cadeia de saúde e outras medidas de “abandono” no modelo de atenção básica colocam em risco e trazem sofrimento para o povo recifense.

Afinal ao deixar de se investir na atenção básica – responsável pela prevenção e correção inicial – para se aplicar recursos em estruturas caras e pouco resolutivas cria-se um modelo perverso, que segue interesses que não são os do povo. O custo mensal de manutenção de cada Upinha é de R\$ 170 mil para as de atendimento dia e R\$ 250 mil para as do modelo 24hs. A construção das unidades físicas, em média, tem um custo unitário de R\$ 1,3 milhões. Ou seja, cada nova Upinha significa a criação de uma despesa fixa de R\$ 2 milhões a R\$ 3 milhões por ano.

Para se ter uma ideia da gravidade da situação basta observar o comparativo: em 2012, havia um total de 255 equipes de Saúde da Família atuando no Recife, garantindo uma cobertura de cerca de 54% da população (cerca de 800 mil pessoas). Estas equipes estavam distribuídas em 212 equipamentos de Saúde.

Atualmente, esse número é de 276 equipes, distribuídas em 250 equipamentos de Saúde, dos quais 119 Unidades são Unidades de Saúde da Família. A cobertura do serviço chega a 56% da população. Ou seja, em sete anos, houve um incremento de apenas 21 equipes e 2% de cobertura. Ainda assim, essa tímida “ampliação” não corresponde a melhoria no serviço. Isso acontece porque, em função da redução de investimentos, há um crescente desfalque de recursos humanos nas equipes.

De acordo com levantamento realizado pelo Sindicato dos Médicos de Pernambuco (SIMEPE), em dezembro de 2019, 28 das 276 Equipes de Saúde da Família existentes hoje estão atuando SEM MÉDICOS. Ainda de acordo com dados do Conselho Municipal de Saúde, em pelo menos 32 equipes há DÉFICIT OU AUSÊNCIA TOTAL de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e enfermeiros.

Em contrapartida, o número de Upinhas já chega a 14. Sem falar na “adoção” da Unidade Pública de Atendimento Especializado (UPAE) Deputado Antônio Luiz Filho (UPA-E do Arruda), entre 2016 e 2017, para livrar o Governo do Estado de uma “bomba”, já que na ocasião o Estado estava impedido de receber recursos do Ministério da Saúde para a conclusão da obra e viabilização da operação da unidade, inclusive compra de equipamentos e contratação de pessoal.

As fragilidades e problemas da rede municipal atual ficaram ainda mais evidente durante a Pandemia da Covid-19, quando boa parte das famílias recifenses sofreu os efeitos da falta da atenção básica, alvo do desmonte promovido pela atual gestão, em nome de um modelo que não prioriza os interesses públicos e o bem estar da população.

No Recife, a Pandemia encontrou uma rede de serviços desarticulada, resultado de uma gestão centralizada, hierarquizada, tecnocrata e que não dialoga com os trabalhadores do setor. Distritos sanitários sem capacidade de gestão, cuidando de processos burocráticos, distantes das equipes e do cuidado. O resultado disso: nenhuma medida de prevenção de base comunitária foi organizada pelo Executivo. Somente depois de quase seis meses do início da Pandemia, a Secretaria Municipal de Saúde começou a organizar ações isoladas e somente em alguns territórios do Recife, ainda sem pactuar com as equipes, sem avaliar o impacto, ou o sentido dessas ações.

Enquanto isso, dezenas de profissionais de Saúde foram – e continuam indo – para a rua, ao lado da população, levar orientação e cuidados, em especial para as comunidades mais carentes. A experiência exitosa dos Agentes Populares de Saúde, que chamou a atenção dentro e fora do Estado, escancara o abismo entre a realidade vivida por nossa população e o vazio de ações do Executivo Municipal nas comunidades. Esse mesmo Executivo que se limitou a fazer recomendações para que a população ficasse em casa e usasse aplicativos.

Sabemos que a forma como os governos e as sociedades enfrentaram a Pandemia, em todo o mundo, é traduzida nos resultados de mortes e contaminados. No Recife, até o último mês de setembro, 2.415 pessoas haviam morrido vítima da Covid-19. No momento em que este documento era fechado (29.09), 33.876 mil casos de Covid-19 já haviam sido confirmados na capital pernambucana. Certamente estes números poderiam ser diferentes se o município houvesse feito a expansão da rede de atenção básica e adotado outras ações que priorizassem o bem estar e a segurança de nossa população.

Além disso, outros problemas sistêmicos persistem. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 10.83 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, o Recife fica nas posições 108 de 185 (mortalidade) e 78 de 185 (internação), respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2.920 de 5.570 (mortalidade) e 3.103 de 5.570 (internações), respectivamente.

De acordo com levantamento com base em dados do DATASUS, cerca de 2,8 mil municípios brasileiros gastaram menos de R\$ 403,37 na saúde de cada habitante durante todo o ano de 2017. O Recife está nessa lista, tendo aplicado R\$ 340,97 por pessoa. A cidade ocupa o quarto lugar no ranking das capitais com o menor desempenho na aplicação de recursos na saúde, atrás apenas de Salvador (R\$ 243,40), Maceió (R\$ 294,46) e João Pessoa (R\$ 326,99). Na quinta posição, está Aracaju (R\$ 347,44), seguida por Fortaleza (R\$ 350,25), Natal (R\$ 362,99) e São Luís (R\$ 431,19). Com 850.198 habitantes, Teresina (PI) é a capital que lidera, no Nordeste, o ranking de gastos per capita na saúde, com R\$ 590,71 gastos em 2017.

A situação de boa parte da estrutura física e humana da rede de atenção básica é lastimável. Faltam profissionais, falta equipamentos, falta medicação, falta respeito!

No que se refere às disparidades em saúde, é importante lembrar que as desigualdades raciais e de gênero se refletem também nesse campo. O racismo é considerado um dos determinantes sociais em saúde e os dados de morbidade e mortalidade no Recife revelam essa realidade. É fundamental estabelecer ações de identificação e enfrentamento ao racismo estrutural e institucional no sistema de saúde. Tratar e divulgar os dados sobre as doenças mais prevalentes entre a população negra e ampliar as ações de orientações sobre cuidados específicos em saúde para este segmento. O Recife precisa avançar na implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada desde 2009.

Nessa mesma linha, é importante atentar para as disparidades vividas pela população LGBTQI+ no acesso ao sistema de saúde e na qualidade do atendimento oferecido. Mulheres lésbicas que procuram atendimento não revelam sua orientação sexual, com receio de serem discriminadas. Entre as mulheres que revelam, é comum reportarem maior rapidez no atendimento do médico e a não solicitação de exames considerados por elas como necessários.

Mulheres trans e travestis são tratadas de forma desrespeitosa e às vezes violenta e não raramente têm o atendimento recusado ou insuficiente. Homens trans vivem o grave dilema de não serem bem vindos nem corretamente atendidos tanto em serviços para mulheres quanto em serviço para homens. É imperiosa a necessidade de se implementar a Política de Saúde da População LGBTQI+ e se estabelecer diretrizes e protocolos para garantia de acesso e qualidade no atendimento a esta parcela da população no sistema municipal de saúde.

PROPOSTAS DE DESTAQUE PARA A SAÚDE

- Criação de um portal de serviços ágil e eficiente, com oferta das seguintes funcionalidades:

- Marcação de consultas (com geração de protocolo enviado por e-mail ou whatsapp)

- Marcação de exames (com geração de protocolo enviado por e-mail ou whatsapp)

- Acompanhamento (com atualização diária) dos medicamentos ofertados pela rede municipal, com indicação de locais onde podem ser obtidos (se farmácia central, se nas unidades de dispensação de medicamentos das USF's, se nas farmácias dos hospitais e postos ou se na rede de farmácias privadas cadastradas)

- Serviço de acompanhamento do tempo médio de espera nas unidades de pronto atendimento (atualizado em tempo real)

- Serviço (via site ou app) para a obtenção de resultados dos exames realizados, com possibilidade de visualização tanto pelo usuário, quanto podendo ser disponibilizado para o médico solicitante. (Isso não vai encerrar a opção de impressão de laudos e entrega dos resultados físicos para aqueles que optarem por esta modalidade)

- Serviço (via site ou app) para a realização de teleconsulta tanto para usuários quanto para profissionais (médicos/enfermeiras), com outros especialistas para prestação de pronto atendimento a um paciente que já esteja em consulta generalista e precise de avaliação complementar.

- Criação de ambiente digital destinado ao armazenamento de prontuários eletrônicos de usuários de toda a rede. Cada usuário receberá uma matrícula, vinculada ao seu CPF e passará a ter um prontuário único, que o acompanhará durante toda a vida de atendimento na rede municipal de saúde do Recife.

- Criação de três centros de Medicina Diagnóstica para o atendimento, de forma ágil e funcional, de todas as demandas de exames laboratoriais e de imagem. Um na Zona Norte, um na Zona Sul e um na Zona Noroeste da cidade. A opção pela localização das unidades segue a lógica de atender o maior número possível de pessoas, considerando a divisão das RPA's. Assim, a unidade da área Norte teria abrangência sobre as RPA's 1, 2 e 3, que juntas concentram 39,82% da população do Recife (cerca de 612,3 mil pessoas), distribuídas em 59 bairros. O da área Sul atenderá à população da RPA 6, que possui 24,88% da população do Recife (cerca de 383 mil pessoas), distribuídas em 8 grandes bairros. Já o terceiro centro, a ser construído na

Zona Noroeste, atenderá à demanda das RPA's 4 e 5, que juntas somam 35,29% da população do Recife (pouco mais de 542 mil pessoas), distribuídas em 28 bairros.

- Garantir a prioridade municipal para o fortalecimento da Atenção Básica, com garantia de cobertura de 100% da população com Agentes Comunitários de Saúde e equipes de saúde da família, e Núcleo de Apoio ao Saúde da Família – NASF. Assumir a Estratégia Saúde da Família como modelo único da Atenção Básica a nível municipal.

- Criação de projeto de cadastramento de farmácias privadas para aderirem ao programa de distribuição ampla de medicamentos, ampliando a rede de atendimento (que hoje está centralizada nas unidades existentes em Postos de Saúde, Hospitais e USF). A iniciativa baseia-se no credenciamento – a partir da realização de processo licitatório - de farmácias e drogarias particulares (não pertencente a grandes redes). As que forem habilitadas poderão distribuir medicação gratuita para os pacientes que por algum motivo não conseguiram retirar na sua UBS de referência.

PROPOSTAS GERAIS PARA A SAÚDE

- **Criação e implantação de um Plano Emergencial de Enfrentamento ao COVID e ao Pós COVID**

Em janeiro de 2021 a pandemia ainda estará entre nós e é preciso um plano de enfrentamento imediato da pandemia no estado em que ela se encontrará. Exemplo disso é o debate sobre o Carnaval, e como vamos nos preparar para o retorno às aulas. A rede está há quase um ano parada, praticamente sem atender os problemas crônicos, cujas consequências estão se acumulando. É preciso desenvolver um conjunto de medidas emergenciais articuladas para interromper esta cadeia de desassistência e adoecimento.

- **Priorização da Rede de Atenção Básica:**

A estruturação da Rede de Atenção Primária à Saúde (APS) será prioritária. Desenvolveremos ações voltadas à sua ampliação e qualificação, assegurando profissionais qualificados, estruturas físicas adequadas, equipamentos funcionando, medicamentos e insumos suficientes. O acesso aos serviços será facilitado a todos os cidadãos e cidadãs nas proximidades do seu lugar de moradia, sem barreiras, e com acolhimento às suas necessidades, humanização da atenção e responsabilidade pelo cuidado nos diversos níveis de atenção. Para a qualificação da Rede de APS será necessário:

- Retomar obras de construção e reforma de unidades básicas, ampliando e melhorando os serviços já existentes e substituindo, gradativamente, casas alugadas por espaços próprios.

- Ampliar a cobertura populacional com a Estratégia Saúde da Família, iniciando pelos bairros de populações menos favorecidas.

- Analisar a viabilidade de implantação do atendimento noturno em unidades básicas estratégicas nos diversos distritos sanitários, no intuito de facilitar o acesso da população trabalhadora aos serviços de saúde.

- Proporcionar a reorganização dos processos de trabalho das equipes de saúde, com adoção do acolhimento como diretriz de organização e qualificação das ações e dos serviços.

- Ampliar, de forma gradativa, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de modo a garantir retaguarda às equipes de saúde da família, possibilitando a oferta de ações de outros profissionais na atenção básica (fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, assistente social, educador físico, entre outros).

- Fortalecer a política de atenção à saúde das pessoas em situação de rua, através dos consultórios na rua ou de ações nas unidades básicas do território. Incorporar práticas integrativas e complementares no cuidado à saúde, em conformidade com as diretrizes do SUS.

- Ampliar a atenção a saúde bucal para toda a população do Recife.

- Construir uma nova política de saúde para as escolas.

- Ampliar e qualificar o Serviço de Atenção Domiciliar Municipal e garantir sua retaguarda hospitalar, articulando-o com a atenção primária, com vistas a prestar atenção, em domicílio, às pessoas com necessidades de cuidados continuados, mas que dispensam internação.

• **Reorganização da Rede de Atenção Especializada:**

A atenção especializada será reorganizada de modo que cada Distrito Sanitário disponha de redes integradas, articuladas à rede de atenção primária, com vistas à sua qualificação, mediante a estruturação de linhas de cuidado e reorganização dos serviços, em consonância com as diretrizes do SUS. Terão ênfase as seguintes ações:

- **Rede de Atenção Ambulatorial Especializada:** Reformar, reequipar e recompor as equipes das unidades especializadas conforme a necessidade de cada serviço, reorganizando as práticas assistenciais e os fluxos de pacientes, para garantir

a continuidade do cuidado, com suporte diagnóstico e terapêutico, para dar respostas aos problemas decorrentes das doenças e condições crônicas, com prioridade para as doenças renais e cardiovasculares, o diabetes, a obesidade, o câncer e as doenças do aparelho respiratório;

- Redefinir o perfil das “Policlínicas”, a partir de estudo de demanda do território de abrangência;

- Criar núcleos de atenção à saúde do idoso, vinculados a uma Unidade Especializada em cada distrito;

- Readequar os mecanismos de regulação assistencial;

Ampliar a oferta de atendimento nos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

- **Rede de Atenção Hospitalar:** Promoveremos a articulação e a coordenação do conjunto de serviços públicos hospitalares sob gestão municipal, ampliando a oferta de leitos em hospitais gerais, maternidades e UTIs, melhorando os processos regulatórios e a contratualização dos hospitais que prestam serviços ao SUS municipal. Assim, estarão assegurados os serviços cirúrgicos de rotina e retaguarda de leitos para a rede de urgência e emergência nos distritos sanitários, melhorando o acesso, a qualidade e a humanização da atenção hospitalar, garantindo retaguarda ao Serviço de Assistência Domiciliar (SAD).

- **Redes especiais para de atenção à saúde:** Redes transversais que articulam a atenção básica, a especializada, articulação intersetorial e popular.

- **Saúde da Mulher:** Promoção da Saúde integral para as mulheres e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos

- Assegurar o atendimento integral à saúde da mulher em todas as fases de sua vida, com garantia de qualidade dos serviços e respeito às usuárias.

- Capacitar profissionais de saúde para o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual e/ou doméstica nas unidades de saúde e implantar a notificação compulsória, assegurando que os dados sejam registrados para o acompanhamento e o monitoramento pelos municípios.

- Reduzir os coeficientes de morbimortalidade materna, especialmente por causas evitáveis, em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais sem discriminações.

- Assegurar os exames e tratamento das Doenças Falciformes (anemia falciforme, talassemia ou microdrepanocitose).

Fortalecer a rede de saúde mental das mulheres, com ênfase no enfrentamento à dependência do crack e outras drogas.

- Fortalecer a implantação do atendimento ao aborto legal nos hospitais municipais, incluindo a formação dos profissionais e ampliando a assistência humanizada e de qualidade para os casos de aborto inseguro.

- Fortalecer as ações que visam prevenir, educar e suscitar nas mulheres a importância do exame preventivo e do diagnóstico precoce do câncer de colo de útero e de mama.

- Implantar um Plano Municipal de Enfrentamento do HIV/AIDS, Sífilis e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis, com orçamento específico, metas e avaliação de impactos.

- Formar e capacitar servidores/as públicos, especialmente na área de saúde para o reconhecimento, atendimento e encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência.

- Reestrutura a Rede de Atenção à Saúde Materno-infantil, garantindo à mulher atenção humanizada e de qualidade no pré-natal, parto e puerpério, bem como o acesso às ações de planejamento reprodutivo; e à criança, o nascimento seguro e crescimento e desenvolvimento saudáveis, por meio da atenção regular e continuada. Para tanto, redefiniremos a linha de cuidado à saúde materno-infantil desde a atenção básica até a atenção especializada;

 - Garantir assistência ao pré-natal de alto risco em cada distrito sanitário;

 - Garantir a vinculação da mulher à maternidade de referência desde o pré-natal;

 - Estruturar todos os serviços para o parto normal humanizado.

 - **Saúde da População Negra:** O Sistema Único de Saúde ainda é um espaço onde o racismo estrutural e institucional se faz presente. Uma quantidade significativa de enfermidades físicas e mentais que atingem principalmente a população negra ainda não recebeu a atenção devida das pesquisas, no atendimento ambulatorial e na prevenção.

 - Assegurar a plena implementação das diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;

 - Assegurar a coleta/correto preenchimento do quesito raça/cor em todos os formulários dos serviços de saúde, garantindo o tratamento e a divulgação dos dados

e que estes sejam utilizadas como base para o aperfeiçoamento da política municipal de saúde;

- Incluir os temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde;

- Implementar processos de monitoramento e avaliação das ações pertinentes ao combate ao racismo e à redução das desigualdades étnico-raciais no campo da saúde;

- Desenvolver processos de informação, comunicação e educação, que desconstruam estigmas e preconceitos, fortaleçam uma identidade negra positiva e contribuam para a redução das vulnerabilidades;

- Realizar campanhas informativas orientando a população negra sobre os cuidados com a saúde, visando reduzir os índices de adoecimento e morte por conta de agravos que são prevalentes nessa população;

- Construir um Pacto Municipal de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, combatendo a violência obstétrica;

- Implementação de um Programa Municipal de Saúde Mental da População Negra;

- Criação do Programa Municipal de Redução dos Danos Ocasionalmente pela “drogadição”, buscando parcerias com outras esferas de governo;

- Propor e desenvolver - só ou consorciado com outros municípios – parcerias com universidades públicas para o desenvolvimento de pesquisas sobre as doenças com maior incidência na população negra;

- Criar programas de saúde específicos para as mulheres negras voltados para os efeitos da pandemia.

- **Saúde da População LGBTQIA+**

- Assegurar a inclusão e o preenchimento pelos profissionais dos quesitos identidade de gênero e orientação sexual nos prontuários clínicos e nos demais documentos de identificação e notificação do SUS;

- Garantir a plena implementação da Política de Saúde da População LGBTQIA+;

- Construir com os movimentos sociais, ONGs e outras políticas a política integral de saúde para a população LGBTQIA+.

• **Pessoa com Deficiência**

- Descentralizar os centros de reabilitação garantindo acesso à Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e outras práticas por Distrito Sanitário;

- Avaliação de todas as unidades de saúde quanto à acessibilidade, com participação do controle social e de pessoas com deficiência.

- Construção de estratégia de garantia de intérprete de libras por teleatendimento ou presencialmente, quando necessário, para as consultas e procedimentos da rede municipal.

• **Rede de Urgência e Emergência**

- Reorganização dos serviços existentes e aprimoramento da gestão, Implementação da classificação de risco e as diretrizes da política de humanização em toda a rede;

- Fortalecimento da articulação das Unidades de Pronto Atendimento (Upinhas, dos hospitais e demais serviços de urgência e emergência especializados, como o SAMU), com o propósito de qualificar a assistência e aumentar a resolubilidade dos serviços;

- Redefinir o perfil dos hospitais sob gestão do município e qualificar os processos de regulação de leitos.

- **Rede de atenção Psicossocial:** A reorganização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) terá máxima prioridade na rede de saúde, por se tratar de instrumento essencial ao enfrentamento dos problemas associados ao sofrimento ou ao transtorno mental e às necessidades decorrentes do uso abusivo de crack, álcool e outras drogas.

- Readequar as práticas assistenciais no conjunto da rede;

- Implantar novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades de Acolhimento a adultos e jovens usuários de drogas e a reestruturação completa das unidades já existentes, de forma a garantir o atendimento a todo o território das RPA's.

- Reestruturar a rede de atenção hospitalar e do atendimento de urgências no campo do sofrimento mental;

- Desenvolver ações permanentes para a inserção qualificada da abordagem dos problemas de saúde mental na rede básica de serviços (apoio matricial);

- Criar novas residências terapêuticas, além de implantar um programa de reinserção social através de geração de trabalho e renda;

- Atuar contra a instalação de Comunidades Terapêuticas e contra o retorno de estruturas manicomiais; em defesa da Reforma Psiquiátrica e da implementação da Lei 10.206/2001.

- Criar os Centro de Convivência para egressos dos CAPS, promoção da saúde mental e cuidado das situações menos grave, com práticas integrativas e geração de renda.

- Criar um serviço de transporte e acolhimento avançado para pacientes em crise.

- **Política Municipal de Assistência Farmacêutica:** Articulação da política de assistência farmacêutica ao conjunto das ações de saúde, assegurando o acesso aos medicamentos e seu uso racional, tendo como foco a necessidade e a segurança do usuário. Adotaremos estratégias em consonância com a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e a RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais), readequando e ampliando, quando necessário, a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), e implementando ações que disciplinem e agilizem a prescrição, dispensação e consumo de medicamentos.

• **Vigilância em Saúde**

- Desenvolver estratégias de Vigilância em Saúde de forma comunitária e solidária, com vistas, não apenas ao enfrentamento à Pandemia de COVID 19, mas ao enfrentamento de todos os agravos que afligem a população

- Garantir o fortalecimento da política de vigilância em saúde, com equipe e equipamentos adequados;

- Fomentar o diálogo com a academia e a sociedade organizada para o desenvolvimento de estratégias de vigilância e inserção na comunidade; Criar espaços de diálogo a partir dos territórios com demais setores como educação, saneamento, desenvolvimento urbano, cultura e outros.

• **Vigilância Epidemiológica**

- Ampliar as ações preventivas e de combate tanto das doenças transmissíveis, objetivando o controle do risco sanitário e controle das doenças de maior prevalência, com destaque para dengue, chikungunya, zika, tuberculose, hanseníase

e HIV/AIDS, quanto das doenças e agravos não transmissíveis.

- **Vigilância Ambiental**

- Enfrentamento da questão ambiental, com olhar cuidadoso sobre a circulação de vetores e patógenos, mas também uma adequada administração do lixo, do esgoto, do consumo de água, bem como da ocupação de espaços protegidos, como a margem de rios, encostas e áreas de florestas

- Criar um comitê intersetorial municipal para construir uma agenda de enfrentamento das questões ambientais.

- Atenção prioritária na vigilância da qualidade da água para consumo humano, vigilância de pessoas expostas a contaminantes químicos e vigilância dos desastres naturais.

- **Vigilância à Saúde do Trabalhador**

- Realizar o mapeamento das diversas ocupações da população recifense para a adequada vigilância das condições de trabalho, dos ambientes de trabalho e da organização dos processos de trabalho.

- Desenvolvimento da gestão do trabalho em saúde, com proteção, cuidado e formação permanente dos trabalhadores;

- Garantir equipamentos, EPIs e demais condições de trabalho;

- Incorporar a Saúde dos Trabalhadores como política municipal para os seus servidores e contratados, incluindo a vigilância, monitoramento e atenção;

- A Educação Permanente como estratégia de gestão do trabalho e da educação no âmbito da saúde.

- Política de Atenção à Saúde do Trabalhador: garantindo um olhar de equidade sobre os problemas que atingem a população trabalhadora;
Implementar a Vigilância em Saúde do Trabalhador;
Desenvolver ações de Saúde do Trabalhador em todas as unidades de Saúde.

- **Vigilância Sanitária/Animal**

- Garantir as condições necessárias à vigilância e ao controle dos riscos sanitários de produtos e serviços de saúde e de interesse à saúde na cidade;
Realizar campanhas educativas permanentes nas escolas da Rede Municipal sobre posse responsável de animais, crimes de maus tratos;

- Realizar, em parceria com entidades da sociedade civil, campanhas mensais de adoção de animais com distribuição de material educativo sobre os deveres da posse responsável;

- Resgatar o programa de atendimento de equipes veterinárias nos bairros periféricos e mais vulneráveis para prestação de consultas, com distribuição de material educativo;

- Ampliação das ações de fiscalização de maus tratos a animais;

- Retomada dos serviços de castração no Hospital Municipal Veterinário;

- Ampliação do atendimento do Hospital Municipal Veterinário para 24 horas e que o hospital passe a disponibilizar o internamento de pacientes que necessitam do serviço, que hoje funciona apenas como hospital-dia;

- Garantia da realização de exames laboratoriais e de imagem (Ultrassom, Raio X) em animais atendidos no Hospital Municipal Veterinário;

- Disponibilização de Anestesia Inalatória para animais com problemas cardíacos/idosos que forem atendidos no Hospital Municipal Veterinário e apresentem necessidade de intervenção cirúrgica;

- Ampliação das campanhas de vacinação para cães e gatos;

- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva ampliação da rede de hospitais veterinários públicos que prestam serviço de atendimento a emergências e doenças graves.

• **Efetividade e participação na Gestão do SUS municipal**

Gestão de pessoas e de competências: A gestão do trabalho na saúde em nosso governo primará pela valorização e reconhecimento das pessoas, de seus saberes e competências e se orientará pelos princípios da gestão participativa e da cogestão, incentivando o protagonismo dos sujeitos – gestores, trabalhadores e usuários – e estimulando o compromisso e a responsabilidade como essenciais à construção e à defesa do SUS municipal. Entre as ações a serem desenvolvidas teremos:

- Valorizar o trabalho e os trabalhadores da saúde, fortalecendo e qualificando a atuação da Mesa Municipal de Negociação Coletiva do Trabalho, assegurando participação na gestão e remuneração compatível com as funções.

- Institucionalizar e ampliar a política municipal de educação permanente para

o SUS, visando mudanças nos processos de trabalho, com o objetivo de fortalecer as equipes locais e ampliar o vínculo com os usuários e com os serviços de saúde.

- Desenvolver uma política efetiva de Cuidado à Saúde do Trabalhador do SUS/ Recife.

- Estabelecer parcerias com as instituições de ensino e pesquisa, visando ampliar e constituir, na rede municipal, programas de ensino-aprendizagem que integrem formação, qualificação técnica, pesquisa e serviço com base nas necessidades do SUS. Para tanto será estabelecido com as instituições parceiras o Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) para o município do Recife

- Realizar a primeira conferência municipal de educação na saúde, articulando educação profissional e técnica, educação popular e saúde, com as IES e a partir das comunidades.

- Criar o plano municipal de Ensino no SUS, uma política de estágios, residências, vivências, extensão comunitária e formação crítica para a saúde; Aperfeiçoar os programas de residência municipal criando mecanismos para integrar os egressos nos programas nas redes.

- **Planejamento e Gestão do Sistema:** Os mecanismos de planejamento ascendente e de gestão participativa serão ampliados e aprofundados. Entre as ações permanentes a serem adotadas estão:

- Manter o Plano Municipal de Saúde atualizado e instituir mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação de resultados para dar consistência aos relatórios de gestão preconizados em lei.

- Estabelecer gestão colegiada nos âmbitos da direção e gerência do sistema, com vistas a fortalecer a democracia institucional, o compromisso e a responsabilidade dos servidores com os objetivos institucionais do SUS.

- Adotar mecanismos de comunicação e decisão horizontais para fortalecer a capacidade de gestão das unidades e dos distritos.

- Dar atenção especial à gestão da logística e dos recursos tecnológicos, essenciais à qualificação da atenção à saúde.

- Reorganizar e reestruturar os processos de regulação e de auditoria do sistema municipal de saúde, e efetivar a contratualização com prestadores, orientada para facilitar o acesso dos usuários aos serviços.

- Informatizar TODA a rede assistencial, utilizar o cartão SUS de forma efetiva e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a gestão.

- Investir no processo de pactuação com os municípios da Região Metropolitana do Recife, especialmente com os municípios conurbados, com vistas à organização da rede regionalizada de atenção à saúde e à criação de um Consórcio da Região Metropolitana.

• **Gestão orçamentária e financeira**

Desenvolveremos ações com foco na ampliação da captação de investimentos para ampliar e modernizar a rede de serviços municipais e promoveremos a negociação no âmbito das instâncias gestoras do SUS para incrementar os recursos de custeio necessários ao pleno funcionamento do sistema. No mesmo sentido, os gastos com saúde serão reorientados, racionalizados e otimizados, com base nas prioridades definidas neste programa. Para tanto, será necessária a reorganização do Fundo Municipal de Saúde e o aprofundamento e ampliação dos mecanismos de transparência e controle dos gastos com saúde.

• **Gestão Participativa e Controle social**

Nosso governo dará atenção destacada às ações para implementação e fortalecimento da participação popular e do controle social em todos os âmbitos do sistema municipal de saúde. Para isso, iremos:

- Valorizar o sistema de ouvidoria do SUS.

- Modernizar e desburocratizar o portal da transparência e incrementar os mecanismos de comunicação no âmbito institucional e com a população, no intuito de promover a democratização da informação e estimular a participação social.

- Reforçar o papel das Conferências Municipais de Saúde na avaliação do sistema e na definição de diretrizes para a sua qualificação.

- Promover a gestão participativa, o diálogo e respeito do poder público aos movimentos sociais, comunidades e ao controle social.

- Respeitar as decisões das Conferências Municipais e dos Conselhos de Saúde, pactuando pautas prioritárias para o recifense e dando divulgação às suas definições;

- Fomentar, através da educação permanente, a postura de todos os servidores de respeito, acolhimento e valorização da participação popular;

- Criar espaços de diálogo da gestão com a população no território.

>> ASSISTÊNCIA

A Política Nacional de Assistência Social, ao ser proposta, busca garantir à população em situação de pobreza e extrema pobreza o acesso aos serviços essenciais para uma vida com dignidade pautada na garantia dos direitos, e essa garantia parte do pressuposto que os serviços serão ofertados nos territórios onde essa população reside, através da instalação, pelo poder público, dos equipamentos onde os serviços serão disponibilizados para a população.

Portanto, pensar a Política de Assistência Social para uma cidade como o Recife é pensar nos caminhos que precisam ser construídos para mudarmos a situação de aproximadamente 8% da população da cidade que vive em situação de extrema pobreza, é pensar a oferta de serviços nos territórios onde essas famílias residem, é garantir a ampliação efetiva desses serviços.

Quando destacamos a ampliação de equipamentos e a sua territorialização estamos falando de mudanças no acesso a esses serviços para uma população de mais de 111 mil pessoas, que não conseguem acessar os serviços nos seus territórios, pois os equipamentos implantados atualmente apresentam dois problemas: a não territorialização, na sua totalidade, o número insuficiente, que provoca um descompasso entre o que preconiza a política nacional de assistência social e a realidade.

Como exemplo temos a situação dos Centros de Referência da Assistência Social, que de acordo com a Política Nacional, deve corresponder a uma unidade para cada 5 mil famílias. Por esta lógica, considerando a população da cidade, o Recife deveria contar com 24 CRAS, sendo quatro em cada Região Política Administrativa. Desta forma, atualmente, a cidade enfrenta um déficit de 11 CRAS.

Há ainda a problemática da falta de investimento nas unidades, equipamentos e equipes que atuam na área. Fato esse que provoca, rotineiramente, a insuficiência de insumos, o desfalque de profissionais nas equipes, a impossibilidade de atuação por falta de condições de trabalho. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, durante o ano de 2019, quando foram gastos mais de R\$ 5,1 bilhões pelo Executivo Municipal, o investimento na área de Assistência ficou restrito a 1,59% deste total, não chegando a mais de que 82 milhões.

• População em situação de rua

- Realização de censo para verificar o real quantitativo e o perfil da população em situação de rua no Recife;

- Garantia de destinação de recursos permanentes para as ações de assistência

social;

- Reformulação de procedimentos na rede de atendimento, incluindo a criação de fluxos que garantam o registro dos dados dos usuários da rede em ambiente virtual próprio e seguro;

- Assegurar o correto preenchimento do quesito raça/cor, o tratamento e divulgação desses dados, para que a política leve em conta na sua execução;

- Incluir os quesitos “identidade de gênero” e “orientação sexual” em todos os formulários utilizados pelo município, para que se possa mensurar a população LGBTQI+ que demanda acesso aos programas de assistência social;

- Criação de fluxos permanentes que permitam o acompanhamento dos usuários desde a primeira entrada na rede, sua permanência (incluindo todos os tipos do atendimento) e o registro de sua saída, quando e se for efetivada, incluindo os motivos e o destino do usuário;

- Desenvolvimento de projetos de capacitação e empoderamento dos indivíduos em situação de rua através de convênios com universidades e outras entidades e criação de um programa permanente de encaminhamento desse público para oportunidades de trabalho, sempre com o acompanhamento das equipes de assistência social, para que possam ter o apoio necessário para a reintegração social;

- Realização de uma análise intersetorial, comandada pela pasta de assistência social, das diversas experiências exitosas ao redor do mundo envolvendo formas diferentes de apoio para que a população em situação de rua possa ter oportunidades de reinserção plena na sociedade, inclusive com a conquista de novos lares;

- Ampliação em 50% da capacidade do abrigo noturno - que hoje é de apenas 100 vagas, sendo 60 para homens e 40 para mulheres - no Abrigo Irmã Dulce, já no primeiro ano de mandato;

- Capacitação permanente e contínua das equipes que atuam no abrigo noturno, incluindo conteúdos relativos à raça, gênero e orientação sexual, para prevenir situações de discriminação nos serviços;

- Criação de espaço destinado a guarda dos pertences dos usuários do abrigo noturno durante o dia;

- Reestruturação dos dois Centros POPs existentes na cidade, ampliando a capacidade de atendimento para cada usuário a pelo menos quatro visitas por semana e criando uma programação de atividades que incluam a oferta de capacitações rápidas, atividades lúdicas e de relaxamento;

-Desenvolvimento de estudo, em parceria com as universidades e outras entidades ligadas à sociedade civil, para que os centros POP possam atender crianças e adolescentes que chegam até estes locais com os pais e não recebem qualquer tipo de atendimento direcionado;

- Reavaliação dos protocolos para a melhoria do atendimento, nos Centros POP, de usuários de crack, álcool e outras drogas;

- Reestruturação e ampliação da rede de atendimento que inclui os Consultórios de Rua e os Consultórios na Rua e suas respectivas equipes;

- Reestruturação e ampliação da equipe de atendimento a crianças e adolescentes, que conta com apenas cinco educadores e dois técnicos para toda a cidade, além da adoção de uma metodologia especificamente direcionada para essa faixa etária;

- Em parceria com a Secretaria de Saúde realizar levantamento de demanda para análise de uma eventual ampliação da capacidade de atendimento dos CAPS e CAPS AD;

- Reavaliação do modelo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

• **Assistência Social – Geral**

- Consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Recife, garantindo seus serviços, programas e a infraestrutura necessária;

- Ampliação e garantia dos recursos orçamentários para a assistência social, cujo orçamento ocupa o sétimo lugar entre as secretarias, com R\$ 104,5 milhões;

- Controle Social – fortalecimento do Conselho e realização de Conferência;

- Vigilância Socioassistencial;

- Política permanente de combate às drogas e atendimento aos usuários, com foco na redução de danos e adoção de ações amplas de reinserção social, capacitação profissional, apoio psicossocial e de saúde geral;

- Reestruturação física e política do Programa ATITUDE;

- Expansão da cobertura territorial dos serviços de Proteção Social Básica, com ampliação do número de CRAS garantindo, que no período dos quatro anos de gestão, tenhamos 24 CRAS implantados, atendendo todas as áreas da cidade, com garantia de estrutura, equipes completas e pactuações entre gestão, usuários e trabalhadores;

- Garantia de máxima atenção socioassistencial a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, com fortalecimento dos programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade;

- Estímulo à empregabilidade de egressos do sistema prisional, com política de incentivos para empresas privadas e cotas no serviço público municipal.

Segurança Alimentar

- - Reforço do papel institucional do Conselho de Segurança Alimentar
- Educação alimentar, em parceria com as Secretarias de Educação e Saúde
- Cooperativas de fornecedores de alimentos a preço popular

EIXO 2

Cidadania Ativa - Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Comunicação e Conectividade

>> EDUCAÇÃO

- **Pensando a Educação na Cidade – O direito humano à educação**

Conceber educação como um direito humano é um ato significativo em direção à concepção da política educacional voltada para as pessoas: sua diversidade e suas potencialidades, seu lugar de sujeitos e de construtores de saberes. Isso requer, também, considerar a educação como uma política estruturante para o acesso à direitos que signifiquem a dimensão humanizante de todo o processo de aprendizagem.

Ter a escola como um polo organizado de educação e cultura, referência para a comunidade, catalizadora de identidades, berço da diversidade e uma potente afirmação do direito humano à educação.

Neste sentido, o programa para a educação precisa garantir acesso, permanência e aprendizagem a cada estudante da escola pública municipal. Precisa buscá-los e abrir a porta da escola para cada um e cada uma. Precisa organizar seu projeto pedagógico com participação da comunidade escolar e levando em consideração a realidade de vida dos estudantes. Precisa reconhecer os fatos geradores da extrema desigualdade social, revelados com nítida crueldade na Pandemia da COVID-19. Precisa propor alternativas educacionais e intersetorializadas para enfrentar essas desigualdades que muitas vezes afastam crianças, jovens e adolescentes das escolas.

A dimensão da educação como direito humano deve nos levar, por fim, a dimensionar todos os direitos humanos como construção histórica da humanidade e contrapô-la como uma riqueza de todo o processo civilizatório que entende a educação e a escola como esse lugar – de direitos, de humanização e de felicidade.

- **O direito ao acesso à escolarização**

Tem sido uma tarefa difícil conseguir uma vaga em creche municipal do Recife. Outra grande deficiência é a falta de transparência sobre as informações da lista de espera de vagas.

O modelo de creche-escola tem colocado no mesmo espaço físico crianças da educação infantil e estudantes de outra etapa da educação básica, contrariando a legislação em vigor.

De acordo com dados do Ministério da Saúde (DataSUS) a população atual na faixa etária entre zero e quatro anos de idade é de aproximadamente 90 mil crianças. Desse total, aproximadamente 20 mil estão matriculadas em creches. Mas apenas cerca de sete mil são assistidas pela rede municipal, seja em unidades próprias ou conveniadas.

O acesso à escolarização é um direito que precisa ser garantido sem seletividade e/ou critérios que discriminem as pessoas pela sua raça ou etnia. É essencial considerar as desigualdades sociais existentes, que têm se transformado em desigualdades educacionais, bastando observar que a maioria das famílias que necessitam do atendimento de suas crianças nas creches são famílias negras, chefiadas por mulheres.

Apesar dos recursos disponibilizados pelo Programa Pró-infância, a inoperância da atual gestão não permitiu ir além de 15 creches entregues às comunidades. Esta mesma inoperância provocou ainda a necessidade de o município ter que devolver os recursos não utilizados ao Governo Federal. Ou seja, dinheiro que poderia estar sendo usado para a Educação, voltando para a União por incompetência da Prefeitura do Recife.

- **O direito ao currículo diferenciado**

Boa parte dos estudantes da rede municipal tem enfrentado dificuldades no acesso e na permanência junto às escolas. Isso acontece porque se deparam com dificuldades estruturais e métodos pedagógicos fundamentados por uma concepção de “qualidade total” que exclui e diferencia os estudantes no processo de ensino aprendizagem. Um exemplo disso é a baixa matrícula na modalidade de jovens e adultos e a não universalização do atendimento às crianças de 4 e 5 anos, conforme estabelece a legislação em vigor.

- **O direito a participação na gestão**

A democratização da gestão educacional é fundamental para o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos e pressupõe a garantia do acesso e da permanência e, ainda, a existência de órgãos representativos no exercício do controle social, em pleno funcionamento no interior do sistema de ensino.

Isto requer que a escola seja considerada um lugar onde a relação de poder seja trabalhada na perspectiva da priorização da construção e da difusão da cultura com e para o estudante. Este envolvimento incide diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar (planejamento, implementação e avaliação) seja no que diz respeito à construção do projeto e processos pedagógicos quanto às questões de natureza burocrática.

O processo educacional no Recife tem passado por uma danosa transição de responsabilidades da gestão pública para a iniciativa privada consolidando, assim, uma forte intervenção do modelo gerencialista na gestão educacional na cidade. Este modelo perpassa por várias etapas e atinge inclusive a democracia escolar, uma vez que o Projeto Político Pedagógico (PPP) – que é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola - está sendo construído por empresas contratadas e não mais por meio do debate entre a gestão, os profissionais da educação e a comunidade.

- **O direito a ter dignas condições de trabalho no contexto da valorização**

Hoje, o momento exige uma transição tecnológica eficiente e duradoura que forneça, aos professores e estudantes, as condições suficientes para o enfrentamento de situações extraordinárias como a que estamos vivendo em consequência da Pandemia da COVID 19. Fica cada vez mais evidente, a necessidade de um profissional bem estruturado em sua carreira profissional, além de devidamente capacitado para enfrentar situações como essas.

Igualmente importante tem sido a garantia de que os estudantes tenham acesso às novas tecnologias para complementar e qualificar sua aprendizagem, num processo contínuo e permanente que garanta sua formação básica e/ou técnica profissional na busca da cidadania.

Neste sentido, a formação continuada para os profissionais do magistério, sua valorização profissional, bem como, o acesso, por parte dos estudantes e a mecanismos que garantam oportunidades de atividades extraclasses no seu processo de aprendizagem são fundamentais nesse “novo normal”, com destaque para:

Uma gestão pública comprometida com a garantia dos direitos, da justiça social e da democracia deve definir e executar sua política educacional coerente com os princípios de universalização, inclusão, qualidade social e democratização da gestão.

Nossa gestão cuidará, como prioridade, da área da educação, tendo como referência eixos interrelacionados que permitirão implementar ações para o enfrentamento dos graves problemas educacionais, como a desigualdade de oportunidades, o analfabetismo, a exclusão, o fracasso escolar e os índices, ainda baixos, de escolarização da população, entre outros.

É importante, nesse contexto, aperfeiçoar a arrecadação municipal por meio de um processo de crescimento econômico sustentável para a cidade. O investimento em Educação passa, basicamente, pela ampliação da vinculação existente, que expressa a aplicação de, no mínimo, 25% dos recursos provenientes de impostos arrecadados pelo Município e das transferências de impostos realizadas pelo Estado e pela União.

Este programa tem que estar sintonizado com o crescimento econômico da cidade, permitindo que as políticas educacionais estejam municiadas adequadamente para responder às demandas dos Projetos Político Pedagógicos das Escolas e às demandas da Sociedade, na perspectiva das seguintes ações:

PROPOSTAS DE DESTAQUE PARA EDUCAÇÃO

- Criação do Programa Florescer, que prevê a construção de novos equipamentos (Creches), com foco no atendimento de toda a demanda existente no Recife de crianças entre um e quatro anos de idade.

- Universalização do atendimento educacional obrigatório gratuito a todas as pessoas com idade entre quatro e 14 anos, assegurando a busca ativa da população nessa faixa etária;

- Ampliação da rede básica de ensino municipal, desde a creche ao ensino fundamental, para atender à necessidade de escolarização obrigatória a toda população de crianças, jovens e adultos, com uma organização gradativa em escolas de tempo integral nos próximos quatro anos;

PROPOSTAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO

• **Educação Infantil e Ensino Fundamental - garantias para uma educação inclusiva e de qualidade social:**

- Criação de uma política de estímulo às empresas com mais de 100 funcionários para a oferta de educação infantil por meio de creches;

- Garantia do acesso à educação infantil de qualidade, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade, no atendimento em creches, conforme determina o Plano Municipal de Educação;

- Criação de uma Rede de Proteção para as mães das crianças atendidas em creche, com capacitação profissional, prioridade no atendimento à saúde e inclusão nos cursos de EJA;

- Garantia da alfabetização de todas as crianças nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, até os oito anos de idade;

- Garantia de acesso dos estudantes jovens e adultos à EJA, ampliando o número

de vagas e salas nas comunidades, bem como investir na capacitação dos educadores. Além disso, fazer divulgação das atividades para jovens e adultos em toda a cidade;

- Construção de uma base pedagógica com uma forte estrutura curricular, em todas as áreas do conhecimento, que garanta a aprendizagem nas diversas modalidades de ensino, diminuindo os índices de reprovação e abandono escolar;

- Criação de políticas de inclusão e permanência de crianças com múltiplas deficiências e atualização dos referenciais curriculares da educação municipal, respeitando a diversidade, os direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental; Garantia do funcionamento dos CMEI's e creches, observando o cumprimento do quadro de funcionários (como Auxiliares de Desenvolvimento Infantil - ADI's) e o Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE), e das suas condições estruturais;

- Aprimoramento da atual política de correção de fluxo para que ela proporcione, ao mesmo tempo, um equilíbrio da aprendizagem e correção do atraso escolar dos alunos com histórico de pelo menos um ano de repetência;

- Entrega de uniformes e material escolar de qualidade para todos os alunos da rede municipal de ensino, no início de cada ano letivo;

- Garantia de alimentação qualificada, diversificada e balanceada para todos os estudantes das escolas municipais de ensino, construindo um cardápio diferenciado, que considere os hábitos, costumes e necessidades alimentares com três refeições diárias para os estudantes das escolas de tempo integral.

• **Valorização Profissional**

- Formação continuada para todos os profissionais do magistério, com base nas necessidades e expectativas das escolas, dos gestores, docentes e servidores e das aprendizagens dos alunos, assegurados momentos de estudos no ambiente de trabalho, incluindo conteúdos sobre identificação e enfrentamento ao racismo, ao machismo e à LGBTQIA+fobia;

- Condições dignas de trabalho para gestores, docentes e servidores, com a reestruturação da rede escolar, assegurando ambientes favoráveis às aprendizagens, salas de aulas equipadas, bibliotecas e brinquedotecas com acervo correspondente aos níveis de ensino atendidos pela escola, laboratórios de ensino e de informática, quadras de esporte, ambientes de planejamento e de trabalho coletivo;

- Instituição de uma mesa de negociação permanente com as representações sindicais dos profissionais de educação para discutir reivindicações e propostas para o setor, incluindo questões de remuneração e valorização da carreira;

- Garantia do debate plural e democrático na escola, na perspectiva de assegurar a autonomia do profissional da educação como agente de mediação entre os conteúdos escolares e as demandas diversas da sociedade as quais impactam na vida das pessoas que frequentam o espaço escolar;

- Cumprimento de 1/3 da jornada de trabalho para educadores/as da rede municipal destinado ao planejamento, conforme a Lei do PSPN;

- Regulamentar e tornar operacional o Fundo Municipal de Incentivo à Pesquisa para promover uma política de fomento a bolsas acadêmicas para estudantes e pesquisadores, visando a participação direta da comunidade universitária nos temas de interesse público do Estado;

- Requalificar e redimensionar as atividades educacionais desenvolvidas no Centro de Formação Paulo Freire.

• **Educação Profissionalizante**

- Ampliação de vagas nos cursos profissionalizantes através de parcerias com entidades de notório conhecimento e expertise na área, a exemplo das instituições pertencentes ao Sistema S, através de convênios, parcerias e outros mecanismos de integração entre o Município e estas entidades;

- Criação de um programa especial de formação para mulheres, com três focos: mulheres jovens, mulheres mães e mães de crianças com algum tipo de problema de saúde, todos voltados para estímulo ao empreendedorismo, com parceria com os projetos da área de Desenvolvimento Econômico;

- Criação de programa de ação afirmativa para jovens negros, especialmente do sexo feminino, para inserção nos cursos mais valorizados e de maior interesse para o mercado de trabalho.

• **Alfabetização na Idade Certa:** Garantir que o ciclo de alfabetização prossiga sem interrupções nos três anos iniciais do ensino fundamental como estabelece as diretrizes curriculares nacionais.

• **Gestão Participativa e Controle social**

- Democratização da gestão escolar e participação popular com a retomada de uma política de participação social ampla;

- Praticar a descentralização e transparência na disponibilização de recursos financeiros, alimentando e fortalecendo os Conselhos em suas ideias e decisões, bem

como, estimular a autonomia dos órgãos sistêmicos da educação;

- Promoção e fortalecimento dos instrumentos de gestão democrática no Sistema Municipal de Ensino, com eleições diretas para gestores escolares – inclusive nas creches e CMEIS - como consolidação de uma conquista da comunidade escolar, organizadas a partir de um amplo debate sobre os projetos político-pedagógicos das escolas e o papel dos gestores escolares;

- Constituição de Conselhos Escolares, com a ampla representatividade de todos os segmentos, como estratégia essencial para a democratização das relações interpessoais e a tomada de decisões cada vez mais transparentes, no que diz respeito aos aspectos pedagógicos, financeiros e administrativos da escola;

- Consolidação de processos de participação na gestão municipal da educação para acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação, assegurando a implantação de Comissão constituída pela Secretaria Municipal de Educação, do Fórum Municipal de Educação, Câmara Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação;

- Realização periódica da Conferência Municipal de Educação, assegurando ampla participação dos profissionais do magistério, dos pais, da comunidade e dos movimentos sociais na definição e avaliação das políticas educacionais da rede municipal;

- Articulação e fortalecimento dos diversos espaços de participação: Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho Tutelar, Conselho Municipal das Crianças e Adolescentes e o Fórum Municipal de Educação;

- Contribuir, junto à Secretaria de Segurança Urbana, que cada COMPAZ instalado nas comunidades ganhe um novo projeto de funcionamento, ampliando e democratizando seu uso pela comunidade local, em parceria com entidades diversas da sociedade civil e universidades, com ênfase às novas tecnologias, saúde e esportes.

- **Educação para Igualdade Racial:**

- Transformação do GTERER (Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-Raciais) em Núcleo de Políticas Educacionais para as Relações Étnico-Raciais, superando o caráter temporário do GT e ampliando suas possibilidades de atuação. O Núcleo terá a função de impulsionar e monitorar a implementação das diretrizes curriculares para a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no sistema municipal. Não como uma temática, mas como uma política curricular. Deverá atuar junto ao setor de formação continuada de professoras e professores, colaborando e apoiando as práticas pedagógicas das escolas.

- Implementação de programas obrigatórios de formação de professores (as) em torno das leis 10.639, 11.645 e 12.288, estabelecendo parcerias com universidades públicas ou por meio de contratação de especialistas com essa finalidade;

- Investir na formação de especialistas negros (as) nas profissões de ponta, de alta tecnologia e na formação superior nas áreas econômicas com maior presença no município;

- Viabilização do ensino da História da África e das Culturas Afro Brasileira e Indígena no currículo escolar, em cumprimento às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08;

- Fazer gestões para incluir no Plano Municipal de Educação a capoeira como conteúdo interdisciplinar no ensino Fundamental I, II e EJA;

- Promoção de festivais escolares de capoeira, promovendo a visibilidade dessa manifestação cultural e a adesão, principalmente de crianças e jovens, respeitando-a e valorizando-a como uma prática cultural holística de grande valor social;

- A Secretaria de Educação, sintonizada com os princípios e diretrizes da gestão municipal, terá como referência para o desenvolvimento de suas políticas educacionais o que dispõe o Plano Municipal de Educação, com o objetivo de elaborar projetos estratégicos de captação de novos investimentos em educação, com gestão eficaz e liderança política, transformando potencialidade em oportunidade para a população recifense. Garantiremos toda a transparência em relação aos recursos constitucionais vinculados à educação numa perspectiva de execução da meta 20 do PME, que determina o cumprimento do percentual mínimo constitucional, sob a responsabilidade do Município, ampliando-o ao longo de quatro anos de gestão. Ao mesmo tempo em que participaremos, de forma efetiva, na luta pela regulamentação qualificada do FUNDEB Permanente, bem como, pela regulamentação do Sistema Nacional de Educação e do Custo Aluno Qualidade inicial, dispositivos do PNE essenciais para a viabilização de investimentos na área de educação.

>> CULTURA

Recife é reconhecida como cidade da diversidade cultural, das manifestações pulsantes, das experiências em gestão cultural inovadora, comprometidas com o papel do Estado para a sociedade.

Nas últimas duas décadas, a cidade viveu o auge e o declínio das políticas culturais conquistadas com a participação do seu povo. A capital pernambucana foi base para a criação do Sistema Nacional de Cultura e figurou como exemplo de construção de política cultural, trazendo o tema para a pauta das políticas públicas de inclusão social e econômica.

Entretanto, os oito anos da gestão municipal que encerrará em 2020 apagou essas conquistas.

A gestão atual da cultura do Recife fez uma política cultural sazonal, focada apenas nos ciclos festivos, desconsiderou as políticas de ações afirmativas, o caráter formativo e intersetorial da política cultural, desmontou e desarticulou o Conselho de Cultura e suas ferramentas de participação e controle social, não cumpriu o Plano Municipal de Cultura, aprovado como projeto de lei em 2008.

Fechou equipamentos culturais, negligenciou a força de grupos populares, agremiações carnavalescas, grupos artísticos e abandonou as políticas de fomento à cultura na cidade, deixando “ao deus dará” territórios culturais como Pátio de São Pedro e o Bairro histórico de São José, berço de manifestações culturais. Desconsiderou ainda os movimentos crescentes do audiovisual, da dança, da literatura, das artes negras, das artes visuais, dos movimentos e coletivos culturais das juventudes pretas e periféricas do Recife, dos espaços culturais comunitários.

É importante lembrar que a Política Cultural que estamos propondo para o Recife parte de um acúmulo de experiências vivenciadas pelo PT em suas gestões em cidades brasileiras como a própria capital pernambucana e nas experiências implantadas através do Ministério da Cultura, durante os governos Lula e Dilma, onde foram reafirmados conceitos fundamentais como cidadania cultural, que direcionou ações de inclusão social através da cultura e a valorização de povos e comunidades tradicionais, da diversidade cultural do País, e a promoção de mecanismos de aprofundamento da democracia como conselhos, conferências e o Sistema Nacional de Cultura.

A política Cultural proposta por nossa candidatura considera dimensões fundamentais para a consolidação de uma política pública de cultura: Econômica, Cidadã e Simbólica. Reconhecemos que a cultura promove o desenvolvimento social e econômico, tem potencial de empregabilidade, de promover a economia local. Desse ponto de vista, a política cultural da cidade deve valorizar os fazedores, os profissionais da área, fortalecer seus territórios e impulsionar suas ações e desenvolvimento através de políticas de fomento, setores da economia criativa e o turismo local. A cultura é uma potência de e para o desenvolvimento da cidade.

Reconhecer que a cultura é fundamental para a vida, traz o sentido de pertencimento, promove a autoestima dos moradores da cidade. As diversas formas de expressão e vivência cultural se traduzem no cotidiano de cada comunidade, sobretudo nas periferias. É a dimensão simbólica da política cultural, que reconhece o Recife como uma cidade diversa que precisa ser uma cidade inclusiva.

A política cultural deve garantir a inclusão, o direito e cidadania cultural que se revele no acesso aos bens culturais, na valorização dos segmentos culturais, nas

expressões de povos e comunidades tradicionais e na democratização das decisões da política cultural. São fundamentais a valorização da participação social, a consolidação de uma política de fomento alicerçada no Sistema Municipal de Cultura e seus subsistemas que valorizam os segmentos e categorias específicos, sua relação com a sociedade, sua interface com outras áreas da gestão pública e da iniciativa privada, e sua relação com o Sistema Nacional de Cultura. É essa a Cultura que queremos para o Recife!

PROPOSTAS PARA A CULTURA

- Instituir, por Lei Municipal, o Sistema Municipal de Cultura, conforme determina o § 4º do Art. 216-A da Constituição Federal e assegurar o pleno funcionamento de todos os seus componentes;

- Fortalecer a integração da cultura com diversas áreas da política pública como turismo, educação, desenvolvimento econômico, tecnologia, desenvolvimento urbano, compreendendo a transversalidade da cultura como fundamental para o desenvolvimento da cidade;

- Manter, valorizar e ampliar o calendário cultural da cidade descrito em seu Plano Municipal de Cultura atual;

- Promover uma política de fomento à arte e à cultura, através de editais específicos, e a consolidação do Sistema de Incentivo à Cultura (SIC), com parcela mínima das receitas correntes do município para o Fundo de Incentivo à Cultura e o Mecenato de Incentivo à Cultura, editais setoriais, afirmativos e específicos nos territórios culturais e periferia, e um Fundo Específico do Patrimônio Cultural;

- Criar os sistemas setoriais: Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, Sistema Municipal de Bibliotecas, Sistema Municipal de Museus;

- Criação de um fundo específico para implantação de uma política pública de patrimônio Cultural, garantindo a recuperação, restauração e revitalização de lugares, edificações e espaços patrimoniais, além do incentivo à transmissão dos saberes e fazeres patrimoniais, no intuito de fortalecer as permanências e práticas culturais em cada territorialidade, com respeito à diversidade e ao multicultural.

- Promover a gestão compartilhada através de um modelo contemporâneo de governança dos equipamentos públicos de cultura, com ampla participação da sociedade civil na administração, na gestão de recursos e na promoção artística;

- Recriar o Sistema Municipal de Informações Culturais;

- Valorizar, requalificar, promover os territórios culturais do centro e da

periferia, seus equipamentos e modos de fazer;

- Criação do Programa de Agentes Comunitários de Cultura, com vistas a fomentar a cultura nas comunidades, valorizar iniciativas, a juventude e produtores locais;

- Criar o Programa Municipal de Pontos de Cultura;

- Fortalecer a participação social através da valorização do Conselho Municipal de Política Cultural, ampliação de suas cadeiras e melhor condição de trabalho. Realizar conferências municipais de cultura e fóruns regionais, comitês de salvaguarda e ampliação de sua relação com o Poder Legislativo;

- Valorizar o processo de criação dos ciclos culturais festivos e seus agentes, agremiações carnavalescas, quadrilhas juninas, orquestras, grupos de passistas, grupos de pastoril, reisados e grupos populares em geral, com editais próprios e subvenções;

- Promover políticas para setores ainda não inseridos nas políticas culturais da cidade, como Gastronomia, Tecnologias, Audiovisual e Povos e Comunidades Tradicionais, assim como garantir as respectivas representações no conselho municipal;

- Criar, em parceria com as comunidades, um circuito cultural nos bairros da periferia, a partir da história e vocação de cada localidade e estimular a visita de moradores de outras áreas da cidade, de outras localidades e de turistas;

- Descentralização cultural e valorização das potencialidades territoriais de manifestações e celebrações existentes nas diversas localidades da cidade do Recife, respeitando os calendários e as dinâmicas próprias de cada território, reconhecendo o patrimônio cultural na sua multiplicidade afetiva e territorial, valorizando o seu potencial turístico e econômico, além de sua capacidade de estabelecer dinâmicas de desenvolvimento social.

- Criação de salas populares de cinema em toda a cidade, com a revitalização de antigos cinemas de bairros, incentivar a criação de cineclubes nas escolas municipais;

- Fortalecer e/ou Resgatar atividades culturais promovidas em parceria com o movimento social a exemplo do Projeto Terça Negra, feira de artes e exposições nas comunidades;

- Fortalecer Orquestra Sinfônica e Banda Sinfônica da Cidade e inseri-los em circuitos comunitários;

- Revitalizar a biblioteca da Fundação de Cultura e Promover uma política de livro, leitura e bibliotecas, numa parceria permanente com a Secretaria de Educação, Bibliotecas Populares e o movimento social da cidade;

- Fortalecer a Escola de artes João Pernambuco, e inserir a Escola de Frevo na política de descentralização das ações de formação cultural e salvaguarda dos bens culturais;

- Promover uma política de valorização dos equipamentos culturais da sociedade civil, seus espaços de manutenção de tradições culturais, fruição da produção cultural e artística, e de formação cultural existente tanto na região central do Recife como nas periferias, valorizando suas especificidades, promovendo intercâmbio cultural, preservação da memória, turismo e inclusão social;

- Instituir uma política integral de Acessibilidade física e comunicacional nos equipamentos e atividades de cultura da cidade;

- Garantia de política cultural em toda a cidade, durante o ano todo, com calendário permanente e recursos não somente para os eventos e ciclos culturais, mas para o dia-a-dia dos equipamentos culturais, sobretudo através da criação de uma política de manutenção e valorização dos edifícios públicos, de promoção e difusão da criação artística em sua diversidade; para o aprender, fazer e empreender de grupos e artistas; para o patrimônio material e imaterial;

- O reconhecimento do comércio popular de rua enquanto característica cultural da Cidade do Recife, procurando implementar uma política de proteção e valorização da atividade, através do ordenamento e da revitalização de espaços historicamente ocupados pelos comerciantes.

- Reconhecer a ambiência urbana de localidades específicas enquanto manifestação de cultura passível de ser preservada e salvaguardada;

- Criação de um programa amplo de formação cultural, descentralizado, focado nas periferias, dialogando sua transversalidade e intersectorialidade com áreas da educação, assistência, saúde, turismo, assegurando as dimensões de gênero, raça e geração;

- Promover uma política de ações afirmativas para pessoas e segmentos em situação de vulnerabilidade, priorizando as dimensões de gênero e raça;

- Promoção de políticas de cultura, valorizando as expressões e patrimônios culturais de matriz africana;

- Destinar e/ou aumentar recursos para o reforço da produção cultural local, em especial a de origem afrodescendente e indígena, sua visibilidade no município e fora dela, buscando a autonomia financeira dos produtores;

- Criação e ampliação de programas e ações de fomento para as escolas de samba, dentre outras expressões culturais negras, como forma de preservar parte

significativa do patrimônio cultural material e imaterial;

- Estímulo às manifestações culturais das juventudes negras, com editais específicos para fomento de expressões destas juventudes, tais como: os elementos do hip hop (rap, grafite, break), o funk, os slams e os saraus das periferias;

- Implantar museus de Memória como o Museu Afro Brasil em São Paulo, valorizando a contribuição africana e afro brasileira para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, filosofia, artes e a organização social e política da população local;

- Criar um Calendário de comemorações alusivas a personalidades negras com significativa contribuição para o desenvolvimento local. Promover pesquisas e novas avaliações que ressignifiquem o papel de personagens históricas homenageadas pela cidade, mas que na sua trajetória são responsáveis pela escravidão e/ou discriminação da população negra.

>> ESPORTE E LAZER

Outra área que vem sofrendo bastante em nossa cidade é a do Esporte e Lazer. Na atual gestão da Prefeitura do Recife, as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, que durante os governos do PT tinham a garantia do direito ao acesso amplo, foram paulatinamente substituídas por ações pontuais, eventos de altíssimos custos e com forte cunho elitista. As atividades nas comunidades foram enfraquecidas ou descontinuadas em detrimento de altos investimentos nas regiões centrais que priorizavam os moradores e moradoras dos bairros nobres. As Políticas Públicas do setor passaram a convergir mais com o mercado esportivo e de entretenimento que com atletas, entidades de administração do esporte e com a população que tinha o esporte e o lazer como meio de qualidade de vida, integração social e cidadania.

Assim, em uma cidade marcada pelas desigualdades e com uma gestão que se distanciou cada vez mais da população mais pobre e das periferias, as práticas corporais de esporte e lazer passaram a ser um privilégio para quem pode consumir bons serviços na iniciativa privada ou um constrangimento para quem resolvia se relacionar com uma agenda pública elitista, que reforça o consumismo e as desigualdades.

Essa realidade é ainda mais triste quando lembramos que o Recife já foi destaque nacional e internacional através de sua Política Pública de Esporte e Lazer, tendo recebido em 2010 três premiações no Prêmio Brasil Esporte de Inclusão Social realizado pelo Ministério do Esporte.

As experiências da gestão do PT na Prefeitura do Recife foram apresentadas e reconhecidas nas diversas regiões do Brasil e em países da América Latina com exemplo de inclusão social pelo esporte entre 2002 e 2012, sendo objeto de estudo de mais de centenas Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação e Pós-Graduação, como Especialização, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado. Além disso, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em 2003 pelo Governo Federal teve como referência e inspiração o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL) da gestão do PT na Prefeitura. Até 2012, diversos Programas e Projetos garantiam acesso diversificado às práticas de esporte e lazer cotidianamente aos/as recifenses, independente de localidade, interesse social ou faixa etária.

Apesar de ser uma cidade que “convida ao lazer” por conta de seu clima favorável, sol, das praias e de suas belezas naturais, o Recife, hoje, tem poucas opções de lazer e esportes gratuitos. Praças, parques e outros equipamentos apresentam, em sua maioria, problemas de manutenção, além de iluminação e segurança deficitárias. Calçadas em péssimas condições, sujeira e falta de atividades culturais/esportivas que atraiam as pessoas causam subutilização dos espaços públicos de convivência social.

Em outras palavras, o atual governo municipal do Recife minimizou a importância da Cultura, do Esporte e do Lazer, deixando de investir adequadamente nessas áreas, excluindo a população que mais precisa dos espaços e projetos com qualidade social.

Para construir uma cidade moderna e inteligente e enfrentar as desigualdades sociais é estratégico resgatar as práticas corporais da Cultura, Esporte e Lazer como instrumento de emancipação e formação humana. Para isso elencamos as seguintes propostas para o setor:

PROPOSTAS PARA ESPORTE E LAZER

- Disponibilizar serviços de prática da Atividade Física, Esporte e Lazer em toda malha de equipamentos públicos disponíveis (Parques, Praças, Quadras, Campos de Várzea, Orlas, Centros Sociais Urbanos, etc.) como instrumento de educação popular no tempo livre para crianças, jovens, adultos, idosos, comunidade LGBTQIA+ e pessoas com deficiência ou necessidades especiais, homens e mulheres.

- Implantar nos equipamentos públicos de Lazer e Esporte as Comissões de Usuários e Usuárias com representantes de cada grupo de prática esportiva e usuários/as em geral, como forma de integrar a comunidade na gestão e no cuidado com os espaços.

- Apresentar à Câmara Municipal o Projeto de Lei do Sistema Municipal de Esporte e Lazer, que estabeleça e formalize os papéis e responsabilidades da gestão

municipal e das entidades da sociedade civil, fomentando a participação popular, contemplando a criação e instalação de um Conselho Municipal com funções normativas, de assessoramento e fiscalização da gestão municipal.

- Resgatar e desenvolver projeto de apoio ao Futebol de Várzea como patrimônio cultural comunitário e promover a requalificação dos Campos de Várzea públicos da cidade.

- Criar programa de regularização, reforma e requalificação dos Clubes Comunitários, incluindo esses equipamentos na rede de equipamentos de oferta gratuita da prática esportiva, projetos educacionais, culturais e de desenvolvimento social das comunidades.

- Construir com as Confederações, Federações, Ligas Esportivas, Produtores e Atletas um Programa para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Esporte no Recife, envolvendo Calendário de Eventos e competições esportivas que agregue valor econômico, turístico e social, o Bolsa Atleta do Recife e o apoio a estruturação das entidades esportivas.

- Resgatar o Programa de Parceria com os Clubes Sociais e Esportivos do Recife para a ampliação da oferta de vagas em escolinhas esportivas para estudantes da Rede Municipal e de comunidades carentes.

- Apoiar a área de Educação para a garantia do componente curricular Educação Física para todos/todas os/as estudantes da rede municipal, integrada ao Projeto Político Pedagógico da Rede, com professores formados em nível superior e formação continuada, desenvolvendo em parceria programas esportivos e um calendário de eventos que envolvam as escolas, incluindo o resgate dos Jogos Escolares do Recife com caráter inclusivo e de formação humana.

- Criar o Projeto Esportes das Juventudes, incluindo as diversas tribos e crews juvenis na composição dos projetos e ações esportivas voltadas aos interesses e necessidades dos/das jovens recifenses.

- Articular em um grande Programa de Práticas Corporais para Qualidade Vida todas as iniciativas das diversas secretarias que interagem com a área de conhecimento da Educação Física. As Academias da Cidade, Programas de Lazer, Esporte e as ações para grupos sociais e etários vulneráveis, promovendo de forma integrada ações, que combinadas, promovam o desenvolvimento social e melhoria de qualidade de vida.

- Estabelecer parcerias com as Instituições de Ensino Superior, em especial as Universidades Públicas, ofertando vagas de prática de ensino nos programas esportivos, criando intercâmbio para formação continuada de educadores/educadoras e gestores/ gestoras do esporte.

- Promover eventos e projetos para valorização da memória do Esporte no Recife em parceria com Universidades, Federações Esportivas, Institutos de Pesquisa e empresas privadas.

- Criar o Projeto Recife Cidade do Lazer, promovendo divulgação, programação e requalificação dos polos de lazer da cidade, sejam de interesse cultural, esportivo ou de contemplação do patrimônio natural e histórico da cidade.

- Desenvolver, em conjunto com a área de Ciência/ Tecnologia, com Universidades e empresas de tecnologia um Programa de criação e ampliação do acesso a games, jogos eletrônicos e E-Sports com ênfase no aproveitamento de desenvolvedores locais.

- Valorizar a prática das corridas de rua e caminhadas (pedestrianismo), recuperando e sinalizando as pistas de praças parques e orlas, elaborando com a Federação Pernambucana de Atletismo, Produtores, Assessorias e Grupos de Corredores novas rotas e percursos para os eventos e treinamentos.

- Estudar um novo projeto para as unidades designadas COMPAZ com o objetivo de ampliar e democratizar seu uso pela comunidade local. Através de parcerias com entidades diversas da sociedade civil e universidades, serão desenvolvidos programas que de fato atendam a uma considerável parcela da população do entorno onde estão inseridos, deixando de ser apenas uma espécie de “ilhas de fantasia”. Projetos ligados a novas tecnologias, saúde e esportes serão priorizados.

>> COMUNICAÇÃO

A falta de políticas públicas que garantam o direito à comunicação é um gargalo histórico de prefeituras e governos Brasil afora. Temos observado que é comum se investir tempo e recursos muito mais em “políticas de comunicação da gestão pública” do que em “políticas públicas de comunicação”. A diferença é gritante. Para uma sociedade mais justa, que garante direitos humanos, é necessário que o poder público compreenda a dimensão deste direito e sua importância para a garantia de demais direitos.

No Recife, não é diferente. Apesar dos avanços conquistados nas primeiras gestões do PT no nosso município, como a criação de uma diretoria de rádio popular e mesmo os esforços que foram importantes para a inauguração da Rádio Frei Caneca, o que vimos é que na sequência, estas políticas jamais tiveram prioridade orçamentária da atual gestão e acabaram sendo ‘engolidas’ pela suposta necessidade de se investir altos montantes com propaganda da gestão.

Numa análise histórica, o primeiro mandato do atual prefeito manteve seu gasto com publicidade acima dos 20 milhões de reais/ano, enquanto em sua segunda gestão este montante chegou a ultrapassar os R\$ 60 milhões, em 2018.

Apenas nos últimos 12 meses, a atual gestão começou a disponibilizar no seu Portal da Transparência as informações detalhadas sobre fornecedores, o que nos traz um dado ainda mais alarmante: quase não há recursos para a comunicação popular, independente e comunitária, enquanto uma única empresa de televisão recebe 25% de todo o orçamento disponível para a comunicação. Ao mesmo tempo, a única emissora pública, a Frei Caneca FM, não é unidade orçamentária nem tem recursos garantidos para cumprir sua função.

Iniciativas locais e territoriais de produção e disseminação de conteúdo que proliferam pela cidade não têm encontrado nenhum respaldo ou suporte no poder público municipal, que com isso perde também uma grande oportunidade de fazer com que informações importantes sobre questões de saúde, educação e cidadania cheguem à maior parte de nossa população de forma qualificada. Não há política pública de universalização da banda larga nem iniciativas que promovam a educação para a mídia ou a formação de pessoas que poderiam atuar com comunicação popular. Nesse cenário, de recursos amplamente disponíveis e historicamente mal direcionados, temos neste momento uma grande oportunidade de mudança de paradigma: inverter prioridades, tratando a comunicação como direito, fortalecendo a mídia pública, fomentando a produção e distribuição de informação, aumentando o acesso a conteúdos diversos, públicos e/ou independentes, em múltiplas plataformas, garantindo a liberdade de expressão e as possibilidades de interação no mundo digital.

PROPOSTAS PARA A COMUNICAÇÃO

- Acessibilidade comunicacional em todos os produtos e em todas as plataformas de comunicação utilizadas pela gestão municipal, com campanha formativa e disponibilização de audiodescrição, descrição em libras e impressão em braille.

- Buscar mecanismos e formatos para garantir a autonomia gerencial e financeira da Rádio Frei Caneca;

- Implementação de um Plano Diretor Municipal de Radiodifusão Comunitária; Fortalecimento da comunicação pública não-estatal, com incentivo às iniciativas de comunicação independente com a criação de Núcleos de Comunicação Comunitária, por bairros, com protagonismo da juventude local;

- Garantia da participação de artistas e outros/as profissionais negros nos contratos de realização de peças publicitárias da Prefeitura, garantindo também a

diversidade de gênero e geracional;

- Criação de programas que incentivem a produção e a disseminação de conteúdo independente em todas as plataformas através de iniciativas que levem capacitação e equipamentos aos territórios;

- Criação de territórios de internet livre – a preferencialmente em locais públicos, escolas da rede municipal, e em comunidades periféricas – nos quais as pessoas possam ter acesso à banda larga de forma livre e gratuita;

- Criação de programas de formação para professores/as da rede municipal sobre leitura crítica de mídia e sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs);

- Realização de uma Conferência Municipal de Comunicação.

>> TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Transformar o Recife na capital com maior cobertura de wifi livre, beneficiando os cidadãos e os pequenos empresários. Esse é um compromisso de nosso governo.

Vamos ampliar a malha de fibra ótica, interligando os equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde, terminais de transporte, etc), viabilizando os demais recursos e ações necessárias para a efetiva utilização dos benefícios da rede de fibra ótica capazes de fomentar e viabilizar o acesso a locais desprovidos de infraestrutura, em especial os bairros mais pobres, com o objetivo de diminuir o Gap Digital e promovendo um arrojado programa de inclusão digital municipal.

Nossa prioridade será a garantia de velocidade e capacidade adequada, no acesso à internet nas escolas e bibliotecas, para que possamos dar um salto qualitativo na integração das tecnologias da informação e comunicação na educação.

PROPOSTAS PARA

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

• **Inclusão digital** - Ampliar o acesso livre à internet, com a implantação de pontos da seguinte forma:

- Triplicar os hotspots na cidade, em praças e espaços comunitários estrategicamente identificados;

- Garantir 2 pontos de “wifi livre” nas escolas municipais, bibliotecas, unidades de saúde e demais equipamentos onde haja atendimento à população;

- Apoiar a inclusão digital das associações, conselhos de moradores, ONGs populares e demais organizações comunitárias com financiamento de equipamentos, suporte técnico, garantia de acesso livre e educação digital;

- Garantir acesso para as famílias mais pobres.

- Promover a criação de Pontos de Tecnologia, a exemplo dos Pontos de Cultura, de modo a garantir palestras com informação do impacto da TI na vida do cidadão. Estes pontos teriam infraestrutura de ponta, de modo a favorecer o acesso da comunidade aos bens tecnológicos.

• **Tecnologia da Informação à serviço da Educação**

- Implantar Fab Labs, “laboratório de fabricação digital” em cada uma das RPA’S em parceria com a EMPREL e parcerias com entidades, a exemplo do Porto Digital. Estes locais serão espaços para que pessoas de diversas áreas se reúnem para realizar projetos de fabricação digital de forma colaborativa. Estes ambientes deverão contar também com equipamentos digitais para produção cultural.

- Ampliar e democratizar o ensino de robótica e ciências da computação (lógica e algoritmos) nas séries iniciais, incluindo o acesso a recursos e serviços avançados de TIC pela Internet – como inteligência artificial, aprendizado de máquina, computação em nuvem, Internet das coisas, entre outros – para estimular a iniciação e o surgimento de futuros profissionais, preparados para a rápida evolução tecnológica, para as áreas de software e ciências aplicadas e bem como para as profissões do futuro.

- Incluir nas escolas o tema Tecnologia e Cidadania, por meio da promoção de atividades na grade de formação dos professores com propósito de formar cidadão tecnológico visando disseminação de conhecimento e informação.

- Promover acesso aos bens tecnológicos aos professores, via financiamento de baixo custo.

• **Plataforma municipal de EAD**

- A pandemia da Covid-19 colocou a Educação diante de um dos maiores desafios da atualidade. De olho na necessidade de capacitar professores e demais profissionais da área e garantir segurança e qualidade para os alunos, trabalharemos para a implantação de uma Plataforma Municipal de EAD, que auxiliará o sistema Municipal de Educação e também toda a sociedade recifense através da oferta de cursos gratuitos aos cidadãos, direcionados às principais necessidades do mercado de

trabalho, com vistas a aumentar suas perspectivas de empregabilidade.

- Além dos cursos técnicos, a plataforma fornecerá cursos de Línguas Estrangeiras e Cidadania, onde temas como Direitos Fundamentais, História do Recife, de Pernambuco e do Brasil, entre outros, poderão ser abordados.

• **Tecnologia da Informação à serviço da Comunicação**

- Realizar estudo técnico, em parceria com a Emprel, para analisar a viabilidade da criação de uma plataforma de IpTV (Televisão sobre Internet) para a Rádio Frei Caneca, através de um canal digital de áudio e vídeo personalizado, desenvolvido para a divulgação de conteúdo audiovisual, para trafegar sobre a rede de fibras ópticas da rede municipal.

• **Tecnologia da Informação à serviço das mulheres**

Utilização da tecnologia da informação e comunicação disponíveis nas empresas municipais para aplicação nas políticas para as mulheres, em especial, nas emergências:

- Desenvolvimento de aplicativo de análise da rota planejada, pela usuária, em seu deslocamento pela cidade com fornecimento de movimentação nas ruas, presença de policiamento, notificações sobre trechos mal iluminados, ocorrências de assédios ou registros relativos à violência;

- Criação de canais digitais de denúncias de assédio e outras violações de direitos;

- Disponibilização online (em sites ou app) de Mapa de Acolhimento existentes nos serviços municipais, em situação de violência;

- Incentivo de parcerias entre a Emprel e empresas de tecnologia do Porto Digital para o desenvolvimento de programas de educação digital com o foco no empoderamento das mulheres.

EIXO 3

Direito À Cidade - Planejamento E Serviços Urbanos, Meio Ambiente E Sustentabilidade, Moradia, Mobilidade E Prevenção À Violência

>> PLANEJAMENTO URBANO

A cidade do Recife tem 218,843 km² de extensão e uma composição territorial formada por morros (67,43%), planícies (23,26%) e águas (9,31%). Em 2019 a população da cidade foi estimada em 1.645.727 pessoas (IBGE, 2019). A renda média da população recifense é inferior a dois salários-mínimos.

O Recife possui quase 500 anos de história e um importante parque arquitetônico construído, com valor histórico e uma legislação urbanística que permite índices de potencial construtivo (coeficiente de utilização) para além da capacidade de carga da infraestrutura da cidade, resultando em edificações que não condizem muitas vezes com a paisagem histórica e ambiental da cidade. Mesmo assim, as propostas de alteração da legislação, em especial do Plano Diretor, desconsideram novamente a capacidade de suporte da infraestrutura e permitem potencial construtivo ainda maior.

Recife é o centro da Região Metropolitana e essa função estratégica é pouco considerada nas iniciativas e ações da atual gestão municipal.

O Recife tem o 5º metro quadrado mais caro entre as capitais brasileiras, fruto da especulação imobiliária e do não cumprimento da função social dos imóveis que integram a propriedade edificada da cidade. A cidade também possui mais da metade da população morando em Comunidades de Interesse Social- CIS, onde há grande precariedade de infraestrutura e de serviços públicos.

Em 2019, entidades da Articulação Recife de Luta lançaram o estudo “Levantamento de imóveis vazios e ociosos no bairro de Santo Antônio”. O trabalho apontou que 41,5% dos imóveis do bairro central do Recife estão ociosos. 64% destas edificações, além de abandonadas, têm dívidas de IPTU que, em alguns casos, são mais altas do que o valor de sua venda. Este trecho do território municipal é bem dotado de infraestrutura, e possui acesso a vários serviços públicos, em especial transporte.

A capital pernambucana é uma cidade extrema em relação às mudanças climáticas. É uma planície e "figura como uma das regiões mais vulneráveis a um aumento do nível do mar ao longo da costa brasileira ..." (Costa, Mallmann, Pontes, & Araujo, 2010).

Os recursos em risco ao longo da costa são múltiplos: capital natural e ecossistemas preciosos (zonas úmidas, manguezais e áreas inundadas), capital espacial (terra, praias, edifícios, patrimônio).

O centro da cidade, com o conjunto de bairros de Santo Antônio, São José e do Recife, com seu valor histórico e cultural, é uma das áreas em risco. A cidade contém o maior complexo estuarino do Centro Metropolitano do Recife (a Bacia do Pina, os rios Capibaribe e Beberibe), cuja ocupação se dá de forma predatória e sem planejamento e onde as recentes propostas de mudança na legislação municipal buscam flexibilizar normas para o incremento da ocupação, em especial imobiliária.

Recife não possui uma política de habitação de interesse social, uma vez que não existe estratégia capaz de promover moradia adequada para responder ao déficit habitacional da cidade estimado em 71 mil famílias (aproximadamente 284 mil pessoas), quase 20% de nossa população! Esse déficit é fortemente potencializado pelo ônus excessivo com aluguel.

Um dos mais graves obstáculos ao desenvolvimento sustentável em Recife está expresso na habitabilidade crítica e no déficit de regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários de baixa renda que não integram esses 20% já citados anteriormente: moradias e assentamentos irregulares, com carência dos serviços e infraestruturas (principalmente, de saneamento ambiental - drenagem, abastecimento d'água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos).

Parcelas significativas da população residem em áreas com condições precárias de habitabilidade, distribuídas por toda a cidade. Segundo o Atlas de Infraestrutura Urbana, existem 545 Comunidades de Interesse Social (CIS) mapeadas. As CIS ocupam 32% da área urbanizada do município e abrigam 61% das moradias do Recife, estendendo-se desde os morros da zona Norte, nos bairros de Casa Amarela e Guabiraba, até os morros da zona Sul, no Ibura. Essas ocupações abrigam 53% da população total da cidade (SANEAR, 2015).

Os cenários de diminuição na velocidade no crescimento populacional, atrelados a conjuntura econômica corrente permitem uma reflexão radical sobre o processo futuro de evolução da cidade. Acontece que isso tem sido desconsiderado pela atual gestão municipal

É nesse sentido que acreditamos que se faz necessária uma reflexão inovadora e inteligente sobre o território, como instrumento para a elaboração de uma proposta de

desenvolvimento urbano. Recife carece de uma leitura de suas estruturas espaciais, sociais e ambientais, uma definição da qualidade do substrato em que a cidade foi e continua sendo construída. É necessário pensar e gerir a cidade para todos os que a produzem e que nela vivem.

PROPOSTAS GERAIS PARA PLANEJAMENTO URBANO

- Retomada do processo de revisão do Plano Diretor do Recife, para elaboração de um novo projeto de lei, com base nos estudos e levantamentos contratados e não realizados, conclusão dos diagnósticos técnicos e reestabelecimento do processo participativo exigido pelo Estatuto da Cidade;

- Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo e da Lei de Parcelamento previstas no Plano de Ordenamento Territorial com base nas estratégias e recomendações dos estudos determinados pela revisão/elaboração do POT;

- Elaboração/revisão dos planos setoriais de políticas urbanas (habitação, saneamento, mobilidade, defesa civil) com participação popular e inclusão das metas financeiras dos planos setoriais nas leis orçamentárias;

- Atualização anual dos dados sobre a capacidade de suporte da infraestrutura para poder orientar o processo de adensamento construtivo;

- Avaliação bianual dos impactos dos projetos aprovados e construídos na infraestrutura e na paisagem da cidade;

- Participação Popular na implantação de Planos Setoriais de políticas urbanas (habitação, saneamento, mobilidade, defesa civil);

- Elaboração e implantação de planos de bairros e de centralidades que explorem suas potencialidades e que respeitem a memória e as dinâmicas sociais e econômicas;

- Qualificação dos espaços públicos a partir da definição de parâmetros urbanísticos que garantam a equidade no uso do espaço público, a integração de imóveis e espaços públicos e a visibilidade, o controle social, a segurança na cidade e a adoção de mecanismos na legislação urbanística que promova segurança e controle social nas edificações;

- Proteção e preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico e

paisagístico com a preservação de diretrizes e parâmetros das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – ZEPH e dos Imóveis Especiais de Preservação – IEP e reconhecimento de novas áreas e imóveis que sejam referências histórico-cultural, tenham importância para a preservação da paisagem, da memória urbana e das identidades dos bairros;

- Proteção e preservação das áreas de interesse e conservação ambiental (mata, mangue, curso ou corpo d'água etc.) ou paisagístico necessárias à preservação das condições de amenização climática, destinadas a atividades recreativas, esportivas, de convivência ou de lazer;

- Revisão dos Planos de Manejo elaborados ao arripio da legislação;

- Redefinição o arranjo institucional da política urbana municipal, com definição de secretarias que coordenem cada política setorial e respondam por sua execução de forma articulada e estruturada;

- Reestruturação da Empresa de Urbanização do Recife – URB Recife, de modo que ela retome seu protagonismo na execução de obras de urbanização e proporcione a estrutura necessária para o funcionamento do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS; de modo que se possa ampliar a arrecadação municipal e promover justiça tributária;

- Revisão das isenções fiscais promovidas ao setor privado, de modo que se possa ampliar a arrecadação municipal e promover justiça tributária;

- Estabelecer processos participativos de definição de prioridades e investimentos na cidade, de modo a não pulverizar recursos;

- Garantir espaços de participação locais da população moradora das áreas ZEIS no caso de implantação de empreendimentos de impacto públicos e privados, quando realizado no entorno das áreas as ZEIS;

- Propor a extinção do Conselho de Desenvolvimento Urbano e a criação de uma câmara técnica do Conselho da Cidade, definindo sua composição, de modo a equilibrar a correlação de forças entre poder público e os diferentes setores da sociedade civil;

- Requalificação do centro principal da cidade e dos centros secundários da cidade e incentivo a outras centralidades visando promover dinâmica urbana;

- Recuperação de mercados públicos nos bairros periféricos e a revisão do zoneamento e do potencial construtivo no entorno dos mercados que integrem as zonas de centralidade, de modo a manter a ambiência e reduzir a verticalização no entorno desses mercados.

>> SERVIÇOS URBANOS

O acesso a serviços essenciais como o abastecimento de água, saneamento, drenagem e limpeza urbana é outro fator que traduz drasticamente a diferença entre o Recife rico e o Recife pobre. Pelos números oficiais da Compesa, o índice de atendimento do sistema de água do município do Recife é de 86,0%. Com 306.412 ligações domiciliares e 469.879 economias cadastradas, a realidade é bem diferente daquela que só se baseia no índice de hidrometração, que é de 89,40%. Isso porque em função dos inúmeros problemas na rede de distribuição, cerca de 25% da água tratada não consegue chegar até as torneiras a que foram destinadas. Vazamentos, entupimentos, problemas de pressão e falhas nas adutoras acabam provocando o desabastecimento regular de pelo menos 30% da população do Recife, em especial as que vivem nas áreas de morro, onde a escassez de água chega a durar 15 dias.

A situação é mais preocupante quando analisamos os serviços de esgotamento sanitário do Recife – que são operados e implantados pela empresa BRK Ambiental, contratada através de Parceria Público Privada (PPP) pela Compesa. O índice de atendimento do sistema de esgotamento sanitário do Recife é de APENAS 43%.

São atendidas 97.601 ligações e 239.184 economias. A extensão aproximada da rede coletora de esgotos é de 1.528,68 km. Na prática, o que acontece é que cerca de 57% da população da capital não dispõe de uma rede de coletora de esgoto eficiente.

É importante ainda lembrar que o Recife é um município que está localizado abaixo do nível do mar e por isso sofre, sistematicamente, com problemas decorrentes de cheias e transbordos de águas de marés e pluviais.

A cidade possui um sistema de micro drenagem composto por bueiros e galerias e caixas de lobo com bocas coletoras que já favorecem a drenagem para algumas áreas do município, enquanto outras localidades ainda sofrem com problemas pela inexistência desses equipamentos. Em nível de macrodrenagem, o município possui estruturas de canais (revestidos ou não), valas a céu aberto e pequenos cursos de água. A maior parte destes equipamentos não recebe a manutenção ou investimento para expansão como seria necessário. O resultado todos conhecemos: alagamentos e todas as consequências danosas à população.

PROPOSTAS GERAIS PARA SERVIÇOS URBANOS

• Saneamento, Drenagem e Limpeza Urbana

- Distribuição equitativa das obras, da manutenção e dos recursos para drenagem urbana entre as RPA's, com cronograma prioritário para investimentos com recursos próprios em rios, córregos, canais, galerias e canaletas nas ZEIS e CIS.

- Participação e controle social na definição e no monitoramento do cumprimento das metas de cobertura e de prestação de serviços de esgotamento sanitário e distribuição de água;

- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de estações de tratamento de esgoto, preferencialmente de forma descentralizada, reduzindo custos de implantação e manutenção, permitindo o uso de tecnologias como biossistemas.

- Desconcentração e regionalização dos contratos de coleta do lixo e de limpeza urbana, com licitações por setores da cidade, contratação de empresas diferentes por setor e condicionalidades ambientais específicas.

- Adotar indicadores e parâmetros sanitários, epidemiológicos, do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

- Realização de estudo técnico para avaliar implantação de projeto de eco fossa - um sistema de tratamento de esgoto, no qual é feita a separação e transformação de matéria orgânica contida no esgoto.

>> MEIO AMBIENTE

A transição ecológica é um processo estratégico comprometido com a luta por um meio ambiente equilibrado, a instituição de novas formas de produzir e consumir e a busca do desenvolvimento sustentável. A pandemia da Covid-19 alertou ainda mais o mundo para a correlação entre desequilíbrios ecológicos e pandemias, reforçando a essencialidade da questão ecológica.

A questão ambiental no Recife, na atual gestão, foi relegada ao discurso e as peças de propaganda. Quem conhece e vive o Recife sabe do que estamos falando. Mais de 98% do lixo produzido na cidade não é destinado ao sistema de reciclagem. Segundo um levantamento do Observatório do Recife, os recifenses enviam apenas 1,37% de seus descartes para o processo de reaproveitamento. Seguindo parâmetros internacionais, o desejável seria pelo menos 30%.

Todos os meses o Recife produz mais de 60 mil toneladas de lixo. A estimativa per capita é de 51kg mensal. Hoje, a cobertura da coleta de resíduos ainda deixa de fora cerca de 10 mil domicílios, o que corresponde a 21% do total de domicílios existentes na cidade.

O resultado disso, todos nós conhecemos: o descarte acaba sendo feito na rua, nos rios e canais. A degradação ambiental só tem aumentado em nossa cidade. E quem precisa do lixo para obter o sustento, acaba sem vez.

A coleta seletiva é o primeiro e o mais importante passo para fazer com que os resíduos sigam seu caminho para a reciclagem ou destinação final correta. Atualmente, as políticas públicas da área são incipientes e não despertam o interesse nas pessoas. Faltam campanhas, transporte de qualidade, tecnologia de separação e todo um conjunto operacional.

Hoje, a coleta seletiva “porta a porta” é realizada em apenas 55, dos 94 bairros do Recife. A média diária de material reciclável recolhido é de 5,8 toneladas. Quando falamos em Pontos de Coleta Voluntária, nos deparamos com outra problemática. Apenas 70 equipamentos foram disponibilizados para toda a cidade. Sem a manutenção adequada, pelo menos um terço está fora de operação ou trabalhando com deficiência, muitas vezes com estruturas físicas danificadas, causando o espalhamento dos materiais ali depositados.

Nosso governo irá propor outros valores e referenciais de consumo, um novo padrão de produção no município compatível com a urgência dos desafios ambientais e, ao mesmo tempo, capaz de apresentar alternativas econômicas que aproveitem a diversidade sociocultural e ambiental do nosso município.

Nosso compromisso ético e político é contribuir para enfrentar as mudanças climáticas e mitigar os efeitos de eventos extremos, como chuvas muito volumosas que ocasionam enchentes e deslizamentos, ou as secas prolongadas que afetam o abastecimento de água e as atividades diversas.

Nosso governo perseguirá uma economia justa, que não desperdiça e nem esgota recursos naturais existentes, protegendo as necessidades das gerações atuais e futuras. Afinal, como gestores, temos que pensar no longo prazo. Temos que transformar a crise ambiental em oportunidades para o bem viver do povo recifense e de toda humanidade.

Também vamos iniciar um diálogo com a indústria e o comércio local para buscar avanços nos acordos setoriais de resíduos de embalagens com o foco em ampliar a cadeia do fluxo reverso.

PROPOSTAS GERAIS PARA MEIO AMBIENTE

• Gestão e ampliação do verde urbano

- A expansão urbana, ao longo dos anos, tem reduzido drasticamente a disponibilidade do verde em áreas públicas e no interior das propriedades. Desenvolver uma política proativa que remunere e compense que mantém ou implanta áreas verdes será importante ferramenta para o planejamento dessas áreas.

A disponibilidade do verde nas cidades representa a principal medida de mitigação aos efeitos das mudanças climáticas.

- Criar, preservar e manter áreas verdes e de espaços culturais e de lazer, lançando mão de parcerias com as ONGs e a iniciativa privada;

- Realizar a manutenção e a divulgação das árvores tombadas;

- Atualizar o cadastro de áreas verdes dos IPAV

- Propor e implantar o mecanismo de IPTU VERDE, com a redução do valor do imposto devido para bonificar os imóveis urbanos que mantiverem preservadas áreas verdes dos IPAV, as Áreas de Preservação Permanente (APP) e para aquelas propriedades que preservem áreas florestais remanescentes de Mata Atlântica;

- Desenvolver projetos de arborização urbana;

- Recuperação a vegetação ciliar e de áreas degradadas;

- Desenvolver e implementar o Plano de Parques para a Cidade, buscando disponibilizar áreas com infraestrutura ambiental e cultural em todas as RPA'S; Estimular a participação da sociedade na elaboração, execução e avaliação da Política de Meio Ambiente;

- Aumentar os índices da cobertura vegetal da Cidade, contribuindo com o aumento da permeabilidade do solo urbano e do conforto ambiental;

- Elaboração de Planos de Manejo para as Unidades de Conservação da Natureza do município;

- Prevenção à redução de populações e/ou à extinção de espécies de fauna e flora;

- Ampliar pontos de produção de mudas de espécies nativas a serem utilizadas nos reflorestamentos ecológicos;

• **Mudanças climáticas**

Entender as vulnerabilidades, os riscos e as consequências que as mudanças climáticas exercerão na cidade, será fundamental para empreender os esforços necessários para preparar o Recife para esse futuro. Articular políticas públicas para buscar a redução das emissões de gases do efeito estufa, é a meta. Trabalhar a adaptação das políticas de uso do solo e das infraestruturas urbanas redundará na garantia da qualidade de vida das pessoas, além de preservação de vidas, especialmente dos mais vulneráveis.

Promoveremos ações efetivas para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas nas planícies e nos morros, com foco nas áreas de maior deficiência estrutural. Combater a crise climática e investir em adaptação é garantir melhores condições de vida para pessoas em situação de vulnerabilidade.

- Consolidar e estabelecer como diretriz orientadora para a administração municipal, a Política Municipal de Mudanças Climáticas;

- Construção de um programa de monitoramento das mudanças climáticas em parceria com a UFPE e UFRPE.

- Revisar e implementar o Plano de Adaptação Climática apresentado para o Recife;

- Atualizar o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa da Cidade do Recife, para que subsidie os planos e projetos de infraestrutura urbana e todas políticas setoriais;

- Trabalhar a figura do protetor-receptor, consistindo na pessoa, grupo ou comunidade cujo modo de vida ou ação auxilie na conservação do meio ambiente e que, em razão da sua contribuição positiva, possa receber transferências de recursos e ou benefícios;

- Promover ações para o sequestro dos gases de efeito estufa.

- Iniciar o planejamento de ações necessárias para adaptação às consequências do aquecimento global, de forma a preservar a cidade e proteger a população em situação mais vulnerável;

- **Educação ambiental**

- Promoção de campanhas educativas de conscientização ambiental através de diversas mídias;

- Instituir no calendário municipal do Recife a “Semana Municipal Lixo Zero”, e “Semana do Municipal do Manguezal”;

- Criar centros de educação ambiental municipais constituindo pólos de educação ambiental e práticas sustentáveis na cidade;

- Criação de um programa de educação ambiental nas escolas;

- Analisar, junto à comunidade escolar a possibilidade de instituir nas escolas municipais a refeição sem carne nas segundas feiras, com proteína vegetariana ou vegana, aderindo ao movimento mundial “segunda-feira sem carne”.

● **Ecoturismo**

- Propor a formulação e implantação de uma Política Municipal de Turismo Sustentável e sua regulamentação para atividades de baixo impacto ambiental, com preservação da biodiversidade, para as Unidades de Conservação (UCN) e para o estuário dos Rios Capibaribe, Beberibe, Tejipió e Bacia do Pina, priorizando o envolvimento da comunidade local;

- Identificar locais com potencial para estímulo das atividades náuticas, para dotar infraestrutura urbana e estimular setores como o da gastronomia e de atividades histórico-culturais, para criação de locais de contemplação da paisagem, roteiros turísticos náuticos e da implantação de pontos de atracação para o ecoturismo;

- Promover e apoiar a capacitação de guias e monitores locais, a qualificação das pessoas para os empreendimentos ecoturísticos, buscando parcerias com as ONGs, setor privado, instituições, universidades, para atividades ligadas ao ecoturismo, turismo de aventura, entre outras atividades ligadas à área;

- Integrar uma política para o turismo sustentável, no município, com as políticas públicas, para a geração de emprego e renda, saneamento básico, saúde pública e infraestrutura.

● **Resíduos sólidos**

- Expansão da cobertura da coleta seletiva para 100% dos bairros, atuando em conjunto com uma Política de Educação Ambiental, incentivo à coleta e destinação sustentável dos resíduos, pontos de descarte distribuídos por toda cidade, especialmente nas ZEIS e CIS.

- Analisar a implantação de projetos para a instalação de “boca de lobo inteligente” (bueiro inteligente);

- Promover a instalação de coletores de bitucas de cigarro, equipamentos eletrônicos, entulhos de construção, restos de óleo e remédios vencidos, em pontos estratégicos da cidade;

- Ampliar o sistema de coleta seletiva de resíduos possíveis de reciclagem com maior envolvimento dos catadores autônomos;

- Criar um programa voltado ao incentivo para a prática de compostagem;

- Ampliar o número de cooperativas de reciclagem junto a eco estações e eco pontos, especialmente em bairros mais vulneráveis.

- **Recursos hídricos**

- Criar um sistema integrado de gerenciamento hídrico;
- Elaborar e executar projetos integrados de limpeza de corpos hídricos e de pequenos mananciais, particularmente os utilizados para o abastecimento da população;
- Colocar em prática a implementação do Eco barco;
- Criar instrumento legal que exija dos responsáveis por edificações e atividades de grande consumo de água a implantação de instalações para reuso de água para fins não potáveis.

- **Práticas sustentáveis**

- Incentivar o uso de energia solar;
- Incentivar a utilização de coletores de água de chuva e o desenvolvimento de novas alternativas de captação e reutilização de água para usos que não requeiram padrões de portabilidade;
- Desenvolver uma Política Municipal de Incentivo a Hábitos Sustentáveis e Consumo Consciente.

>> MORADIA

Outro grave problema do Recife – também reflexo da imensa desigualdade social – é o déficit habitacional, que hoje é de aproximadamente 71 mil moradias. De acordo com dados do IBGE, no Nordeste, esse índice só é inferior aos encontrados em Salvador (150 mil moradias) e Fortaleza (120 mil moradias). Se usarmos os parâmetros do IBGE, que classifica como o número de integrantes de uma família local, em média, cinco pessoas, teremos uma estimativa de cerca de 360 mil pessoas sem moradia no Recife.

As mais prejudicadas são as famílias com renda de zero até três salários-mínimos. Atualmente, pelo menos cinco habitacionais estão com as obras paralisadas, provocando prejuízos financeiros e sociais de grande escala. Na atual gestão segundo dados da própria PCR e no Ministério das Cidades, foram entregues 2.363 unidades (até setembro de 2019), distribuídas em 20 conjuntos habitacionais.

Apesar desse altíssimo déficit, apenas 5.431 famílias recebem o benefício do auxílio moradia da Prefeitura do Recife. Moradia é prioridade! É urgente não só a construção de

novas unidades habitacionais para a população de baixa renda, como também a adoção de medidas duras e imediatas da gestão municipal, respalda na legislação, para fazer valer a função social dos imóveis de nossa cidade, através da desapropriação para uso vinculado a política habitacional, de imóveis abandonados pelos proprietários ou que se encontram com débitos de IPTU sem nenhum tipo de negociação e com cifras superiores ao valor venal.

PALAFITAS - Viver com boas condições de saúde e segurança, em especial diante dos riscos graves provocados pela Pandemia da Covi-19, é ainda uma realidade mais difícil para cerca de 32,5 mil pessoas que residem nas mais de 26,4 mil palafitas do Recife. Moradias sem nenhum tipo de infraestrutura, segurança ou acesso regular a serviços básicos, esse tipo de construção está presente em 59 comunidades do Recife.

Das seis Regiões Político Administrativas (RPA's) que compõem a cidade, apenas uma não tem registro de palafitas e isso porque é basicamente formada por áreas de morro ou áreas planas, mas sem proximidade de rios, canais e córregos. Espaços minúsculos, sem ventilação, sem água corrente ou esgotamento sanitário, muitas vezes construídos com madeiras apodrecidas representam, por si só, um imenso risco a saúde destas famílias.

Viver em palafitas não é uma escolha e sim fruto da falta de oportunidades para estas pessoas. A construção de unidades habitacionais para realocação dessa população será uma prioridade. Quando não for possível manter estas famílias nas proximidades de seu local de origem, onde seus vínculos afetivos e de trabalho estão fincados, será realizado um trabalho sério de avaliação e redução de impactos, para que a mudança não acabe se tornando um novo problema e estas pessoas, sem acesso ao seu sustento (já que muitas vezes trabalham como pescadores ou catadores de mariscos nestas localidades onde estão erguidas suas palafitas), acabem voltando para este tipo de moradia precária. A prefeitura realizará ações de recuperação e urbanização das áreas onde as palafitas serão retiradas e haverá fiscalização permanente.

MORROS - Igualmente arriscada e dura é a vida de pelo menos 200 mil pessoas que vivem em um dos nove mil pontos de risco nos morros do Recife. Com 218 quilômetros quadrados (km²) de área, a capital pernambucana é uma das menores capitais do País e tem uma das maiores densidades demográficas do Brasil. Do total de seu território, 67,43% é formado por morros. E é nos morros que mais de 500 mil pessoas moram. Ao longo dos últimos oito anos o que se percebe é houve uma inversão nos investimentos da Prefeitura do Recife relativos a gestão de áreas de risco, com os recursos migrando da urbanização de áreas de risco - que pressupõe uma solução definitiva para o drama das famílias que moram em encostas - para despesas com fiscalização e defesa civil permanente - o que sugere ações paliativas.

Ao longo desse período, as ações executadas pelo Executivo são, em sua grande maioria, exclusivamente para a geração de publicidade. A partir do ano de 2014, a PCR

iniciou o programa de instalação de geomantas, que posteriormente se desdobrou no projeto Mais Vida. Apontada na época como uma “tecnologia inovadora” o Recife foi a primeira cidade na América Latina a testar o produto. Entre os anos de 2014 e 2017 foram aplicadas geomantas em aproximadamente 180 pontos de risco, mas as reclamações da população eram grandes em função da “fragilidade” e pouca durabilidade do produto.

A partir de 2018 as aplicações foram ficando cada vez mais esporádicas e a substituição do produto por lonas voltou a ser a prática principal. Atualmente, as intervenções estruturais em áreas de morro estão cada vez mais raras, o que causa profunda preocupação.

Nos últimos 20 anos foram registradas 39 mortes em deslizamentos de barreiras. Desse total, 18 aconteceram durante a atual gestão. Dez desses óbitos foram registrados em 2019. Três deles no período do inverno e sete após um possível rompimento de tubulação de água no bairro de Dois Unidos, na Zona Norte, em plena manhã de Natal. Tragédia ou reflexo da falta de políticas públicas para eliminação de pontos de risco e urbanização de áreas suscetíveis a deslizamentos?

PROPOSTAS DE DESTAQUE PARA MORADIA/PALAFITAS/MORROS

PALAFITA ZERO - O município irá viabilizar a retirada das famílias residentes em palafitas e sua relocação para unidades habitacionais próprias. A prioridade para a localização das novas unidades habitacionais será, sempre que possível, em áreas próximas, como forma de respeitar os vínculos da comunidade com seu território. Além disso, as áreas onde serão retiradas as palafitas passarão por processo de recuperação e urbanização e terão fiscalização permanente para evitar novas instalações de moradias precárias. Para viabilizar o programa buscaremos, de imediato, o diálogo para a retomada dos convênios e projetos com recursos federais para construção de moradias, urbanização de áreas de palafitas e outros assentamentos precários. Também buscaremos fontes alternativas de financiamento dentro e fora do país. Além disso, a gestão irá concluir as obras dos cinco habitacionais que estão paralisados, assim como fará um estudo sobre a viabilidade de retomar os projetos dos que sequer foram licitados.

MORROS – Implantaremos o Programa Revitalizar, que terá caráter permanente. Faremos o monitoramento e eliminação de pontos de risco, realização de obras e manutenções estruturais e atenção global às comunidades. Todas as ações serão desenvolvidas envolvendo a COMUNIDADE e um conjunto de secretarias e órgãos municipais, que trabalharão de forma integrada, envolvendo ações de urbanização, saneamento, drenagem, iluminação pública, trânsito, transporte, saúde, meio ambiente, educação, desenvolvimento social, cultura, etc. Trabalharemos para erradicar 1/3 dos

pontos de risco existentes nos dois primeiros anos de gestão. Também será realizada a ampliação imediata do número de famílias beneficiadas pelo Auxílio Moradia como forma de garantir o atendimento emergencial para a retirada das famílias das áreas de risco. Hoje são cerca de 5.4 mil famílias, mas a demanda imediata chega a mais de 8 mil. A gestão também irá definir uma regulamentação mais específica para esse instrumento e buscar alternativas para reajustar o valor do auxílio. Assim como no caso das famílias que residem nas palafitas, as famílias que recebem auxílio moradia a mais tempo serão tratadas de forma prioritária em relação a ocupação de unidades habitacionais construídas pelo município ou naquelas oriundas do aproveitamento de imóveis de grandes devedores de IPTU, classificadas como de interesse social.

PROPOSTAS GERAIS PARA MORADIA

• Moradia para todos, com dignidade e segurança

- Repactuação e aprovação do Plano Local de Habitação de Interesse Social-PLHIS, no âmbito do Conselho da Cidade, considerando o novo contexto dos recursos federais para moradia e a ampliação do investimento público municipal, assegurando investimento permanente com ampliação gradativa;

- Instituição de um programa de Regularização Fundiária, prevendo transformação das comunidades em ZEIS, com dotação de infraestrutura básica, adoção de mecanismos que garantam a permanência da população beneficiária, a garantia da participação e controle social e a priorização das áreas sob ameaça da especulação imobiliária e/ou em conflito fundiário, priorizando a titularidade dos imóveis em favor das mulheres;

- Criação de um programa permanente de apoio às reformas e melhorias habitacionais com garantia de assistência técnica gratuita para a população de baixa renda, priorizando os casos mais críticos e a implantação de módulos hidro sanitários;

- Busca por linhas de créditos específicas para a retomada do Programa de Arrendamento Residencial para os servidores municipais com renda de até três salários-mínimos;

- Fortalecimento dos programas de urbanização, regularização fundiária e de gerenciamento de risco das ZEIS e CIS, com políticas de provisão habitacional, melhorias habitacionais e assistência técnica gratuita;

- Aplicação dos instrumentos urbanísticos de promoção da função social da cidade e da propriedade, como o IPTU progressivo, a arrecadação por abandono, instituição de ZEIS II e Imóveis Especiais de Interesse Social - IEIS e reconhecimento das CIS passivas de consolidação como ZEIS I;

- Utilizar instrumentos existentes nas legislações - contribuição de melhoria, IPTU Progressivo, Outorga Onerosa do Direito de Construir - para ampliar a arrecadação de recursos no município, considerando o princípio da justiça tributária, e revendo isenções dadas ao setor privado que impactam no aumento de IPTU ao contribuinte comum.

- Promover um amplo processo de identificação, demarcação e transformação de imóveis vazios em Imóveis Especiais de Interesse Social (IEIS), como também de terrenos não utilizados ou subutilizados que deverão ser transformados em ZEIS (ampliação de ZEIS já existente ou criação de ZEIS II) com imediata execução da dívida pública ativa dos imóveis em áreas centrais e elaboração de um plano especial de ocupação dos mesmos para fins de moradia;

- Instituir a obrigatoriedade de transparência na lista de famílias que estão à espera dos habitacionais, com informações sobre tempo de espera e se possui condições preferenciais (como mulheres chefe de família, idosos e deficientes físicos); tornar pública a lista de beneficiários do auxílio-moradia, com informação sobre o tempo de recebimento do benefício e o prazo para atendimento por solução habitacional. Priorizaremos as mulheres na titulação da habitação pública, destacando ainda os casos de mulheres vítimas de violência, mães solteiras com crianças e idosas.

- Adoção da Cota de Solidariedade: exigência para a emissão do habite-se de empreendimentos imobiliários acima de 5 mil m² ou implantação de planos e projetos urbanísticos com Cota de Solidariedade, que consiste na produção de Habitação de Interesse Social pelo próprio promotor, doação de terrenos para produção de HIS ou a doação de recursos ao Município para fins de produção de Habitação de Interesse Social e equipamentos públicos sociais complementares à moradia;

- Criação das Zonas Especiais dos territórios tradicionais – territórios pesqueiros, terreiros com adoção de parâmetros urbanísticos que preservem suas especificidades e programas de incentivo e dinamização da economia local;

- Construir e implementar política de combate aos despejos, instituindo uma comissão de prevenção e mediação dos conflitos fundiários no âmbito do Conselho da Cidade do Recife;

- Impulsionamento da revitalização da área central do Recife, com plano, mobilização, incentivos econômicos e governança, para reabilitação de edifícios não utilizados e subutilizados para habitação de interesse social e outros usos que ajudem a dinamizar e gerar renda nos bairros centrais, valorização dos espaços e equipamentos públicos.

- Promover disponibilização de moradia no centro a partir de programa de locação social, que priorize a população em situação de rua, trabalhadores da área central da cidade e famílias que pagam aluguel excessivo.

- Estimular projetos de mutirão assistido, a partir da disponibilização de materiais de construção e assistência técnica.

>> MOBILIDADE

Atualmente o Recife é a quarta capital brasileira com mais mortes no trânsito (DATASUS 2018), a décima cidade mais engarrafada do mundo e primeira do Brasil (Tomtom 2019), a terceira em sedentarismo do Brasil (Ministério da Saúde, 2018) e está entre as 20 cidades do mundo que mais sofrerão com as mudanças climáticas (IPCC, 2019).

A situação caótica do sistema de mobilidade urbana do Recife tem consequências graves: possuímos o maior tempo de espera pelo transporte coletivo entre as 10 maiores regiões metropolitanas (Moovit, 2020) e somos a sétima cidade do mundo que mais perde tempo nos deslocamentos (Moovit, 2020). Depois de quase uma década de investimentos na mobilidade urbana dedicados quase exclusivamente ao transporte individual motorizado, os números falam por si: essa situação poderia ser diferente.

Somente nos últimos 8 anos, a Prefeitura do Recife investiu quatro vezes mais com o automóvel do que com transportes sustentáveis como o caminhar, a bicicleta e o transporte coletivo. Durante os 7 primeiros anos foram gastos em média R\$ 60 milhões ao ano em vias apenas para automóveis, sem cuidar com o mesmo carinho das calçadas.

O contrato de orientadores de trânsito, que não têm poder de multa e pouco podem fazer diante de motoristas infratores, custa à prefeitura cerca de R\$15 milhões anuais. Com esse mesmo valor seria possível aumentar o efetivo da Guarda Municipal e oferecer uma atuação ostensiva na gestão do trânsito em mais pontos da cidade, garantindo segurança a todos os usuários da rua.

Para quem quer pedalar, foram oferecidos pouco mais de 100km de ciclofaixas e ciclorrotas que não ligam as áreas residenciais às áreas de emprego, sem proteção física suficiente, e tendo menos da metade dos trajetos nas vias definidas pelo Plano Diretor Ciclovitário.

O transporte coletivo, responsável pelo deslocamento de mais de 60% da população, ganhou apenas 63km de faixas exclusivas sem continuidade, obrigando os ônibus a quase sempre enfrentarem engarrafamentos que inviabilizam aquele que deveria ser um dos meios de transporte mais ágeis e confortáveis da cidade.

Foram diversos os planos elaborados ou contratados pela gestão relacionados à mobilidade urbana: Plano Diretor Ciclovitário, Plano de Ordenamento Territorial, Plano de Baixo Carbono, Parque Capibaribe, Plano Centro Cidadão e Recife 500 anos. No entanto, nenhum ainda se viabilizou enquanto lei e, portanto, a execução é aquém do desejado, e muitas vezes ficou apenas no papel.

O Plano de Mobilidade, principal instrumento de planejamento da mobilidade na cidade, foi retirado da Câmara dos Vereadores em 2013 pela gestão e o novo texto ainda não foi apresentado para votação na câmara, o que impede inclusive o financiamento federal de obras. Sem um instrumento de planejamento, abrem-se as portas para obras mirabolantes e de alto custo financeiro, que acabam sem ter o impacto pretendido e não contam com nenhuma participação da população na sua concepção, representando um desperdício de dinheiro público que poderia ser mais bem investido.

A mobilidade é um tema importante na garantia do direito à cidade. Sem deslocamentos seguros e previsíveis, trabalhadoras e trabalhadores têm um precário acesso, quando têm, aos diversos serviços da cidade e precisam lidar com perdas consideráveis de tempo, saúde e dinheiro.

É dever do município garantir o cumprimento da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal 12.587), garantindo uma política orçamentária para o sistema de mobilidade urbana que coloque os modos ativos (a pé, bicicleta) e coletivos (ônibus, metrô) em primeiro lugar, garantindo uma inversão de prioridades de fato. Não é à toa que transporte é direito social no Brasil: é um direito que dá acesso a outros direitos.

Em um contexto de crise econômica e social, todas as possibilidades de acessar trabalho, estudo, saúde e educação precisam ser garantidas.

Atualmente, na hora de fazer um deslocamento o recifense encontra-se preso e sem escolha: seja no carro, no ônibus ou até a pé. Apenas através de uma política de mobilidade democrática e participativa é que podemos mudar esta situação, garantindo o poder de escolha e a liberdade do recifense nos seus deslocamentos, democratizando o espaço urbano e oferecendo agilidade, segurança, conveniência e pontualidade para que as trabalhadoras e trabalhadores do Recife possam viver em uma cidade inteligente.

PROPOSTAS GERAIS PARA MOBILIDADE

• **Garantia da vida: segurança nos deslocamentos:** Para tirar o Recife da quarta colocação no ranking de mortos no trânsito vamos adotar medidas para garantir a segurança de todas as pessoas nos seus deslocamentos. Nosso objetivo é reduzir, até o fim de 2024, em 50%, o número de pessoas mortas vítimas de acidentes de trânsito.

- Criação de zonas de baixa velocidade em áreas residenciais e no centro, com impossibilidade física de desenvolvimento de velocidades acima de 30 Km/h;
Unificar as bases de dados sobre colisões e atropelamentos com vítimas da CTTU, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e SUS;

- Implantar faixas em nível nos arredores de escolas, centros de saúde, centros

comerciais e locais com grande circulação de pedestres;

- Compatibilização das velocidades máximas nas vias conforme recomendação da ONU;

- Acesso à cidade: democratizar o espaço público para que a população possa acessar as várias áreas da cidade, principalmente as de concentração de empregos, priorizando a interligação de áreas de baixa renda às zonas com mais postos de trabalho, áreas de lazer e serviços públicos, possibilitando a escolha de modos de transporte sustentáveis.

- **Melhorar a qualidade das calçadas**

- Instituir a padronização das calçadas com a publicação de um manual de desenho;

- Implantar um programa permanente de melhoria/adequação/acessibilidade das calçadas e passeios públicos em áreas ao redor de prédios públicos municipais, parques e praças;

- Iniciar a implantação e manutenção de uma rede de calçadas acessíveis nos bairros da cidade, requalificando os passeios das avenidas e corredores de ônibus, entorno de centros de saúde, escolas, etc;

- Ampliar as calçadas em áreas com presença intensa de comércio ambulante para garantir espaço adequado de deslocamento, ordenando o uso do espaço através de diálogo constante com os comerciantes;

- Implantar sinalização indicativa de rotas acessíveis para pedestres e mapas das proximidades em locais de grande circulação de pessoas, bem como placas indicativas dos nomes das ruas.

- **Interligar áreas de diferentes estratos de renda e oferta de serviços públicos, empregos e centros educacionais, ampliando o acesso a serviços e promovendo integração social**

- Integrar o sistema cicloviário atual, que em grande parte funciona de forma isolada, aos corredores estruturantes de transportes, criando condições de circulação segura para as áreas da cidade com maior potencial de emprego, renda e acesso aos serviços de saúde, educação, etc;

- Usar o mesmo critério, de interligação das estruturas cicloviárias em todas as intervenções futuras da malha;

- Implantar pontes para pedestres e ciclistas previstas no projeto Parque Capibaribe;

- Implantar as ciclovias protegidas previstas no Plano Diretor Cicloviário, com prioridade para as vias de maior velocidade, garantindo a meta de infraestrutura prevista para 2024;

- Implantar bicicletários públicos e paraciclos junto aos Terminais de Integração do STPP/RMR e nas estações de metrô;

- Trabalhar pela ampliação do número de estações de bicicletas compartilhadas, inclusive nos bairros periféricos do Recife;

- Estabelecer prêmios, selos de reconhecimento ou isenção tributária municipal parcial a empresas, escolas e condomínios que estimulem o uso de meios de transporte ativo;

- Estimular o desenvolvimento de novas parcerias com a indústria e empresas de serviços cujo foco seja incentivar o uso de bicicletas, patinetes e outros equipamentos de transporte ativo;

- Implantar faixas exclusivas de ônibus em todos os corredores do SEI e em vias de grande circulação de transporte coletivo de acordo com planejamento feito em conjunto com o Consórcio Grande Recife;

- Afixar tabela informativa em cada ponto de parada de coletivos, contendo itinerário das linhas, mapa, horários previstos, pontos de interesse nas imediações, entre outros.

- **Garantir uma gestão planejada da mobilidade, com foco no urbanismo e no deslocamento de pessoas**

- Enviar para discussão na Câmara dos Vereadores, no primeiro mês de governo, o Plano de Mobilidade já construído pelo Instituto da Cidade Pelópidas da Silveira com participação da Sociedade Civil, com ampla comunicação para que a cidade conheça o plano e possa acompanhar sua execução.

- Analisar, através de estudo técnico específico, a transferência das funções de planejamento da mobilidade para o Instituto da Cidade Pelópidas da Silveira, retirando da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano essas atribuições. À CTTU caberá a orientação, fiscalização e sinalização do trânsito, seguindo o planejamento do ICPS, de acordo com as orientações do Plano de Mobilidade, possibilitando sua gestão e priorizando projetos de engenharia de tráfego e de mobilidade ampla.

- Criar fundo municipal para investimentos em transportes ativos (mobilidade a pé e por bicicleta), determinando cota fixa (30%) do valor de multas e demais arrecadações da autoridade de trânsito (CTTU) para que seja revertida nas obras de segurança viária e infraestrutura para pedestres e ciclistas;

• **Ampliar a participação social fortalecendo instâncias e processos de controle social das políticas públicas de mobilidade**

- O planejamento mensal da mobilidade passará pela Câmara Técnica de Mobilidade do Conselho das Cidades, com reuniões periódicas para definir e revisar as diretrizes, que devem ser transmitidas ao vivo para acompanhamento da população.

- Realizar as Conferências de Trânsito e Transporte, bianuais, com competência para acompanhar e orientar a Política Municipal de Mobilidade e escolher os representantes populares e de entidades para o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte;

- Redesenhar o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte garantindo ampla participação de setores da sociedade civil relacionados com o tema (transporte complementar – Veículos de Pequeno Porte (VPP), taxistas, aplicativos, logística e entregadores, transporte escolar, associações de ciclistas, pedestres, etc);

- Instituir um Observatório da Mobilidade, que deve analisar dados e estudar tendências para os mais diferentes aspectos ligados à mobilidade da RMR, inclusive a poluição atmosférica, e criar um banco de dados permanente para subsidiar a formulação das políticas públicas. Sua composição deverá contar com representação da sociedade civil organizada, universidades e outras instituições com reconhecida capacidade técnica.

• **Assumir o protagonismo nas discussões sobre transporte público, abraçando sua responsabilidade em relação à melhoria da gestão do transporte público na cidade** - Fortalecer atuação da Prefeitura do Recife no Grande Recife Consórcio de Transportes e no Conselho Superior de Transporte Metropolitano, trabalhando nessas instâncias em busca de:

- Realização de licitação para as linhas de ônibus que atendem à cidade e que hoje se encontram no formato de permissão, de forma a garantir regras claras no oferecimento do serviço, na política tarifária e para o controle popular na avaliação de sua qualidade;

- Realização periódica da Conferência Metropolitana de Transportes, para a participação efetiva da população através de um amplo debate sobre os principais problemas o STPP/RMR, e de forma democrática definindo políticas públicas eficientes;

- Ampliação da transparência ativa dos dados de operação, subsídio e tarifação do sistema, com divulgação permanente e sistemática de número de passageiros transportados, linhas operativas, número de veículos, contingente de trabalhadores, além da planilha de custos, receitas e subsídios, entre outros;

- Retomada do controle da bilhetagem eletrônica pelo Consórcio Grande Recife, hoje dominado pelas empresas de ônibus;

- Entregar à população o Sistema Inteligente de Monitoramento da Operação – SIMOP, o que possibilitará a disponibilização de importantes informações aos usuários, como previsão de chegada dos ônibus;

- Promover um estudo de obtenção de fontes de financiamento para a implantação do Bilhete Único com integração temporal, bem como a adoção de diferentes espécies de tarifação temporal (Bilhete Único Dia, Mensal, Anual, Turista, etc.)

- Divulgação das avaliações periódicas dos serviços prestados pelas operadoras do STPP/RMR, dos padrões de qualidade para o atendimento do passageiro do sistema, assim como a promoção e divulgação de um ranking de empresas operadoras;

- Instauração de mesa de negociação e promoção de audiências públicas, com munção de informações e dados completos do STPP/RMR repassados com antecedência para a sociedade, como etapa preparatória para qualquer mudança tarifária;

- Analisar as inconsistências apontadas pela auditoria do TCE-PE na licitação realizada e no modelo de reajuste dos contratos das operadoras do STPP/RMR e, caso já superadas, imprimir celeridade para a conclusão do processo de transição do modelo de Permissão para Concessão por licitação pública de todo o Sistema de Transporte da RMR;

- Rediscussão do modelo de remuneração das empresas operadoras;

- Realização de um estudo para a implantação da integração temporal de maneira plena no Sistema de Transporte Público de Passageiros da RMR;

- Adoção de modos de transporte adaptáveis às características de cada zona da cidade, inclusive com a possibilidade de adotar Veículos de Pequeno Porte (VPPs) nas áreas da cidade onde o espaço viário é exíguo;

- Adoção de uso de veículos mais acessíveis, com maior conforto e ecologicamente eficientes, inclusive formular uma proposta para ser apresentada e discutida no Conselho Superior de Transporte Metropolitano – CSTM, de mudança

paulatina do modelo da frota acessível, substituindo os ônibus equipados com Plataforma Elevatória Veicular – PEV por ônibus de piso baixo;

>> PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

A violência é uma das grandes preocupações de quem mora no Recife. De dia ou de noite, no subúrbio, no centro da cidade, nos bairros mais carentes ou nos mais abastados, a preocupação com a falta de segurança e seus efeitos é uma constante e reflete uma realidade que vem sendo sistematicamente confirmada em levantamentos e pesquisas na área de segurança pública. Para se ter uma ideia, um dos mais respeitadas e recentes estudos sobre o tema - O Atlas da Violência, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apontou o Recife como a sétima capital brasileira com maior índice de assassinatos. De acordo com o trabalho, a cidade teve, em 2017, uma taxa de 58,4 homicídios para cada 100 mil habitantes.

O Atlas, elaborado em parceria com Fórum Brasileiro de Segurança Pública, também apontou que entre os anos de 2012 a 2017 houve um crescimento de 10,9% no número de assassinatos ocorridos na capital pernambucana. Além dos assassinatos (que já chegaram a 327 até julho deste ano), os altos índices de assaltos (10.704 até julho), estupros (203 até julho), assaltos à coletivos (215 até julho), violência doméstica contra a mulher (5.079 até julho) e outros crimes assustam a população.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, criado na gestão do ex-presidente Lula, foi um marco na inclusão dos municípios na Segurança Pública, evidenciando o papel central, e muitas vezes negligenciado, dessa esfera de governo na promoção da prevenção à violência. Durante sua duração, o Pronasci abarcou 94 diferentes programas e ações, que contavam com repasses de recursos do governo federal. Cerca de 50% do valor repassado eram destinados a projetos cujo foco era a prevenção municipal.

Esse foi, com certeza, o maior programa de inclusão dos municípios na Segurança Pública já feito na República. Projetos como Mulheres da Paz e Protejo (destinados à juventude) e videomonitoramento das cidades foram implementados em centenas de municípios de todas as regiões do país.

O enfrentamento à criminalidade comum e à organizada cabe às polícias civil e militar e às polícias da União. Mas é urgente que todas as cidades, em especial as capitais, tenham uma política Municipal de Segurança Pública Cidadã que tenha como foco reforçar o papel protagonista que o Poder Público Municipal tem na Prevenção da Violência e do Crime.

É importante destacar que o conceito de Segurança Municipal Cidadã pode ser definido como a articulação permanente de ações preventivas policiais e ações sociais

e urbanísticas, voltadas a diminuir os fatores de risco das violências e potencializar os fatores de proteção, que permitam uma atuação sistêmica do município sobre as raízes socioculturais da violência por meio de políticas integradas, multisetoriais e territorializadas.

A articulação dessa política de Segurança e Prevenção à Violência deve ser coordenada por quem está no principal posto de comando da cidade. E esse é um compromisso de nossa gestão.

PROPOSTAS GERAIS PARA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

- Instituir o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança com Cidadania coordenado diretamente pela Prefeita, retomando os princípios norteadores do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania) criado no governo Lula.

- Criar Projeto Patrulha Guardiã Maria da Penha: A pandemia de Covid-19 ampliou significativamente os casos de violência doméstica. A Guarda Civil Municipal pode, e deve, ter papel estratégico na proteção de mulheres com medidas protetivas. O projeto deverá ser desenvolvido em parceria entre as Secretarias de Segurança Cidadã e de Mulheres. O município buscará ainda o apoio do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência do Ministério Público de Pernambuco.

- Criar Programa de Mediação de Conflitos em parceria com o Poder Judiciário: A mediação de conflitos é uma das atribuições das Guardas Civas Municipais previstas na Lei nº13.022/14. O objetivo é resolver pequenos conflitos através da mediação e diálogo, sem judicializar os problemas. Por meio do estabelecimento de parceria com o Poder Judiciário, um juiz homologará as decisões frutos das mediações.

- Instituir o Fórum Municipal de Segurança Pública com Cidadania, fomentador dos conselhos municipal e comunitários, retomando o diálogo imediato e a reavaliação de projetos, programas e ações atrelados ao tema, com ampla participação social e transparência.

- Criar o Plano Municipal de Segurança com Cidadania, reavaliando o modelo atual (Pacto Pela Vida Recife) e adotando novas diretrizes para a implantação de uma política mais eficiente e ampla de combate à violência e em defesa da cultura de paz, dentre outras medidas, estimulando a integração entre os municípios que compõem a Região Metropolitana, a publicização dos dados de violência registrados no município com recortes raciais, de gênero e de sexualidade, com formatação estatística de forma que possibilite a criação de um banco de dados eficiente e confiável, auxiliando na

criação de políticas e desenvolvimento de ações.

- Realização de Amplo Diagnóstico da Dinâmica da Violência e do crime na Cidade;
- Criar Programas Integrados de Prevenção à Violência nos Territórios mais vulneráveis, com caráter matricial, em diálogo com diversas secretarias e áreas como Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social e Serviços Urbanos.
- Implantar Fóruns Locais Comunitários de Prevenção à Violência como forma de garantir maior acesso aos direitos civis, sociais, culturais e econômicos; fortalecer o exercício ativo da cidadania e ampliar o capital social; fortalecer as redes locais e de solidariedade; fomentar a cultura de paz; aumentar o fluxo de informação sobre serviços e ações de governo; diminuir fatores de risco da violência;
- Fortalecer com apoio administrativo e político os Conselhos Tutelares;
- Ampliar o Sistema de Videomonitoramento Integrado da Cidade;
- Buscar estabelecer Termos de Cooperação com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp;
- Inserir as Guardas Civis Municipais nas Ações Integradas, Interdisciplinares e Territoriais de Prevenção da Violência e do Crime;
- Fortalecer a Corregedoria da GCM como órgão autônomo e independente das direções das Guardas Civis Municipais;
- Criação de Programa Permanente de Formação para uma Guarda Municipal Preventiva e Comunitária - Esta formação deve ser pautada pela Matriz Curricular criada na gestão do ex-presidente Lula e incorporar o tema do racismo estrutural em todo processo de formação. Temas como Direitos Humanos, relação de gênero, diversidade sexual, população em situação de rua, violência contra mulheres, idosos, pessoa com deficiência, uso abusivo de álcool e drogas e políticas de redução de danos, Estado laico, policiamento preventivo e comunitário, devem compor a estrutura curricular de formação das GCMs em todos os níveis. As Guardas Civis Municipais não podem carregar a cultura de preconceito contra pobres e negros que marca, historicamente, o sistema de segurança pública.
- Criação de um Comitê Municipal de Enfrentamento ao Extermínio e Encarceramento da Juventude Negra, constituído das várias representações, de caráter participativo, paritário, deliberativo, de forma a monitorar, apurar e atuar preventivamente nos casos de violações dos direitos de jovens negros, no extermínio da juventude negra e outras formas correlatas de discriminação, no âmbito da Segurança Pública;

- Criação de um programa de formação e ressocialização dos jovens, em cumprimento de medidas sócio educativas, fornecendo recursos humanos e materiais, ferramentas e acompanhamentos adequados para o seu desenvolvimento, em sintonia com o Estatuto da Criança e do Adolescente;

- Criação, ampliação e fortalecimento de políticas públicas para a reinserção social e econômica de adolescentes e jovens egressos das instituições de medidas socioeducativas e/ou do sistema prisional, garantido acesso à educação em todas as fases de cumprimento das medidas, visando a inclusão social por meio de programas nas áreas da saúde, educação, lazer, trabalho e renda, entre outras;

- Dar publicidade aos dados de violência registrados no município, desagregados por sexo, raça/cor, identidade de gênero e orientação sexual, com formatação estatística de forma que possibilite a criação de um banco de dados eficiente e confiável.

- Estabelecer políticas de incentivo a empresas que empregarem egressos do sistema prisional.

- Criação do programa Escola de Paz: Ação que deverá ser realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições da sociedade civil que atuam nesta área.

EIXO 4

TRABALHO E ECONOMIA

O Recife tem a pior taxa de desemprego entre as 27 capitais do Brasil, de acordo com dados da Pnad trimestral, divulgada no final de 2019. O contingente de desempregados chega a 147,3 mil pessoas, o que representa 17,4% da população economicamente ativa. Outros 12% foram classificados em situação de desalento. E entre os que estavam empregados, a taxa de informalidade chega aos alarmantes 44%.

Sem alternativa para sustentar suas famílias, boa parte desta população está nas ruas, em busca de algum dinheiro, apesar das recomendações das autoridades sanitárias e de Saúde pelo distanciamento social. O Executivo municipal não pode ficar alheio a isso tudo. Muito pelo contrário. Uma população sem apoio, sem trabalho e renda fica vulnerável e a cidade também!

Até o final do último mês de junho, 85.652 pessoas residentes no Recife estavam formalmente cadastradas como MEI. Desse total, pouco mais de 47 mil são homens e 38 mil, mulheres. As faixas etárias com maior participação no setor são: 31-40 anos, com 26.363 inscrições, 41-50 anos, com 20.780 cadastrados e 21-30, com um total de 17.710. Apoiar o pequeno empresário e os empreendedores é um caminho para tirar o Recife desta situação.

PROPOSTAS DE DESTAQUE PARA TRABALHO E ECONOMIA

- **Criação de um programa amplo e permanente com foco no estímulo à economia popular e solidária.**

O programa terá como ações prioritárias a criação de um fundo de aval, que contará com o aporte de R\$ 50 milhões por ano, o que corresponde a cerca de 1% da receita corrente do município. Esses recursos serão destinados à concessão de microcrédito para o estímulo à economia popular e solidária.

Implantaremos ainda uma política permanente de desburocratização e estímulo à formalização de microempreendedores individuais (MEI), micros e pequenas empresas, dos mais diferentes ramos de atividades. Vamos trabalhar para

reduzir prazos, otimizar processos e agilizar soluções.

O SEBRAE-PE será parceiro da Prefeitura do Recife, através de um programa permanente de capacitação, qualificação, gestão e consultoria. Juntos, mapearemos a economia local, realizaremos a busca ativa e identificaremos potenciais e fragilidades.

As principais ações do programa:

- Simplificar o processo de abertura e licenciamento de micros e pequenas empresas. Para tanto, desenvolveremos um sistema digital e criaremos uma central de atendimento presencial que irão integrar todos os órgãos envolvidos no processo de registro e legalização de empresas e negócios. O acesso poderá ser feito por meio virtual ou físico, dependendo da disponibilidade do usuário. Vamos ainda garantir a entrega dos alvarás de funcionamento em domicílio, de forma ágil.

- Mapear a informalidade, além da identificação das principais atividades realizadas pelos empreendedores individuais e onde estão localizadas.

- Realizar busca ativa: identificação e mobilização dos microempreendedores individuais (MEI) para participarem de mutirões, caravanas, etc, com o propósito de receber todas as informações e orientações sobre as vantagens, direitos e obrigações legais do microempreendedor individual, além do seu encaminhamento para formalização.

- Mapear e divulgar as variadas oportunidades de negócios (produtos e serviços) nas diferentes regiões da cidade. Nesse ambiente, também será disponibilizado um catálogo dos produtos e serviços oferecidos pelos MEI do Recife. Este serviço estará disponível em meio virtual no espaço do empreendedorismo no site da Prefeitura e APP específico.

- Estabelecer ações afirmativas para mulheres e população negra, com vistas à facilitação do acesso ao crédito a apoio técnico e jurídico.

- Desenvolveremos, junto ao SEBRAE-PE, ações de apoio, qualificação e aperfeiçoamento dos empreendedores para fortalecer sua capacidade de gestão e de prestação de serviços e geração de produtos com qualidade.

- Disponibilização de microcrédito orientado, que poderá ser concedido aos empreendedores do Recife para constituição e/ou ampliação do seu negócio. Este microcrédito será viabilizado por intermédio da constituição de um Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo e à Economia Solidária. O fundo terá o aporte anual de R\$ 50 milhões, o que equivale a cerca de 1% da receita corrente líquida atual do município. Todo o processo de orientação e apoio técnico será viabilizado junto ao SEBRAE-PE. O valor destinado a cada empreendedor/empreendimento será definido a partir de

critérios técnicos mediante análise do perfil de cada negócio.

PROPOSTAS GERAIS

PARA TRABALHO E ECONOMIA

• **Desenvolvimento Econômico solidário e sustentável**

- Criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Econômico e Social e Desenvolvimento da Economia Popular;

- Criação de um programa de “compras populares” através do qual a prefeitura realizará processos de seleção simplificada para a realização de compras (produtos e serviços) vinculados a pequenos empreendedores oriundos da periferia. Poderão participar do processo empreendedores individuais, coletivos de empreendedores ou associações comunitárias. Para apoiar essa iniciativa, a prefeitura irá fomentar a criação de empresas sociais nas RPA's para que estas possam oferecer, com o apoio e consultoria do SEBRAE-PE, a capacitação necessária para os participantes do programa. Fomentar o Turismo como instrumento de crescimento econômico e social, com responsabilidade e sustentabilidade;

- Ciência e Tecnologia – ampliação de projetos e parcerias aproveitando a vocação e os polos já consolidados;

- Valorização dos mercados públicos e do comércio popular de seus entornos e construção de centros comerciais populares e acessíveis em todas as RPA's, respeitando as identidades locais;

- Viabilização de política de incentivos fiscais de estímulo aos empreendimentos econômicos que se instalarem nas áreas de subúrbio e com isso gerarem emprego e renda para a comunidade onde estão instalados;

- Fortalecimento dos mercados comunitários e das feiras agroecológicas enquanto equipamentos públicos de abastecimento, com política de garantia de assistência técnica, crédito, fomento para agricultores(as) e infraestrutura nas feiras;

- Viabilização do fechamento de convênios com a rede municipal de Educação, abrigos, restaurante popular e do sistema municipal de Saúde, com pequenas cooperativas de produtores urbanos para fornecimento de alimentos produzidos por estes grupos;

- Realizar cadastramento universal dos comerciantes informais da cidade;
Realizar estudo de impacto financeiro/orçamentário para avaliar a implantação de

subsídio do IPTU para endereços cadastrados no MEI.

• **Desenvolvimento com Igualdade Racial**

- Promoção de políticas de ação afirmativa nos concursos públicos e de seleção de trabalhadores e trabalhadoras no município;

- Envio de projetos de lei à câmara municipal que visem impedir a discriminação racial no mundo do trabalho, tanto no serviço público como no privado, buscando transformar em lei as diversas cláusulas sociais formuladas pelo movimento sindical e negociadas com os empregadores, que buscam promover a igualdade racial no mundo do trabalho;

- Estímulo à adoção de programas de ação afirmativa e de combate ao racismo institucional no setor público e privado, além de considerar a existência desses programas como critério para participação das empresas privadas em processos licitatórios, inclusive com a criação de um selo “Empresa Afirmativa” para setores da iniciativa privada que promoverem ações nesse sentido;

- Ampliação do diálogo e colaboração com os setores privados e instituições internacionais ligadas ao combate ao racismo no ambiente de trabalho;

- Apoiar com crédito e capacitação as empresas de pequeno e médio portes, de empreendedores e produtores negros;

- Envio de projeto de lei à Câmaras Municipal estabelecendo paridade de raça e gênero para estágios no serviço público;

- Criar programa de formação/qualificação de jovens empreendedores negros – incluindo as especificidades das comunidades negras tradicionais (quilombolas e comunidades de terreiros) e rurais – em parceria com o Sistema “S”, as escolas técnicas e universidades;

- Fortalecer, a partir de projetos e programas, das micros, pequenas e médias empresas geridas por negros, assim como, contribuir para facilitar o acesso ao crédito e micro crédito junto aos bancos públicos e privados.

- Estabelecer parcerias com os Institutos Federais, visando ampliar a capacidade técnica e profissional, sobretudo das mulheres e jovens.

>> TURISMO

Apesar de seu imenso potencial, riqueza cultural, história e belezas naturais, o Recife não é um dos principais destinos turísticos do País. O fluxo de turistas que chegam à cidade, através do aeroporto e por outros meios está na média de algumas capitais de mesmo porte. De janeiro a setembro de 2019, quase 5 milhões de turistas visitaram Pernambuco. Desse total, apenas 2,7 milhões tiveram o Recife como destino. De acordo com dados do setor, no entanto, pelo menos 65% destas pessoas não passaram mais do que três dias na cidade.

Atualmente, segundo dados do Ministério do Turismo, as cidades que mais atraem o turista interno, nos períodos de férias, são: Fortaleza (CE), Maceió (AL), Natal (RN), Gramado (RS), Rio de Janeiro (RJ), Porto Seguro (BA), Ipojuca (PE), São Paulo (SP), Salvador (BA) e Campos do Jordão (SP).

De acordo com dados do setor de Turismo e Eventos, os números do setor têm caído sistematicamente nos últimos anos. Embora não haja dados oficiais sobre a redução do fluxo de visitantes de negócios, o setor hoteleiro é um dos primeiros a sentir o baque. Em 2016, a taxa de ocupação média durante a semana nos hotéis da capital ficava entre 85% e 90%. Antes do início da Pandemia da Covid-19, em janeiro deste ano, esse número era de 70%.

Em 2019, o investimento da Prefeitura na área foi de pouco mais de R\$ 23 milhões, pouco mais de 0,5% do total do gasto pelo Executivo naquele ano. Entre as principais queixas do setor está a falta de solução para problemas críticos da cidade como segurança, saneamento, alagamentos, engarrafamentos e ineficiência do serviço de transporte, iluminação pública insuficiente, falta de manutenção e investimento nos equipamentos públicos (praças, parques, museus, teatros, etc) e pontos turísticos.

A praia de Boa Viagem, um dos principais cartões postais de nosso Estado, há anos não recebe a atenção devida. O problema crônico do avanço do mar se soma a falta de investimento na infraestrutura de comércio, esporte e lazer. Com equipamentos sucateados, iluminação comprometida, presença de esgoto em alguns trechos da faixa de areia, insegura e sem ordenamento, o local tem deixado de atrair os turistas e de atender às necessidades da população.

É notória ainda a falta de um calendário mais amplo de eventos, que ajude a promover a cidade e seu potencial. Segundo dados do setor, cerca de 40% do fluxo de turistas na cidade está diretamente ligado a um único evento, o Carnaval. Essa realidade precisa mudar. Recife merece ser vista e conhecida por turistas de todo o mundo e tem potencial para isso!

PROPOSTAS GERAIS PARA O TURISMO

- Fomentar o Turismo como instrumento de crescimento econômico e social, com responsabilidade e sustentabilidade;

- Priorizar a solução de problemas crônicos da cidade para que ela esteja apta a atrair e receber os turistas de dentro e de fora do País. Cidade que não anda, não atrai turista. Cidade violenta, não atrai turista. Cuidar não é maquiagem a cidade.

- Desenvolver, em parceria com as universidades e entidades especializadas, de dentro e fora do Estado, uma solução de caráter urgente e definitivo para o problema do encolhimento sistemático da faixa de areia da praia de Boa Viagem, que sofre há anos com os prejuízos provocados pelo avanço do mar;

- Requalificação completa da orla do Pina e de Boa Viagem com soluções que humanizem e promovam a convivência, o uso democrático e o desenvolvimento econômico;

- Valorizar a cultura e nosso povo, estimular e fomentar os polos de bairro, tradicionais (cultura, gastronomia, música, dança, etc) através do Turismo Criativo. Desenvolver, com o apoio das universidades locais e do trade turístico, um amplo estudo para a viabilização de projetos de turismo náutico e de mergulho;

- Criação de programas de promoção do turismo gastronômico de bairro;

- Alterar o formato do Conselho de Turismo do Recife (CONTURE) - composto por representantes da Administração Municipal, Cadeia Produtiva do Turismo e Sociedade Civil – para que ele passe a ser deliberativo. Hoje, o conselho é uma peça decorativa, que só se reúne para ouvir as prestações de contas da gestão, sem direito sequer a contestar qualquer tipo de informação.

- Cobrar do Governo do Estado ações efetivas de segurança/policiamento nos principais corredores de turismo;

- Desenvolver projeto de recuperação e resgate do Bairro do Recife, com realização de eventos permanentes e estímulo aos setores de comércio e serviços na região.

- Requalificação completa da orla do Pina e de Boa Viagem.

- Promover a escuta permanente do setor de Turismo e Eventos, que é um dos maiores geradores de emprego da cidade.

EIXO 5

COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Não é de hoje que o Recife está no topo da lista das cidades mais desiguais do Brasil. Em 2015, inclusive, chegou a ocupar o primeiro lugar deste ranking, elaborado a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad). Quando se trata de concentração de renda, numa escala que vai de 0 a 1, o Recife tem um índice de nada menos que 0,6894 – bem superior ao último indicador brasileiro, que é de 0,490.

O coeficiente de Gini*, apurado continuamente pela Pnad e a cada censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atesta cientificamente a desigualdade existente na capital pernambucana. Considerando dados aferidos pelo Banco Mundial, em 2016, se fosse um país, o Recife encontraria similaridade apenas na Namíbia e na África do Sul, nações que ocupam mesmo patamar de desigualdade social.

Em 2020, a precariedade que afeta uma fatia significativa da população persiste. Apesar de melhorias pontuais de indicadores sociais, o abismo econômico se evidencia, criando bolsões de desenvolvimento ou pobreza que convivem em disparidade na cidade.

Essas desigualdades são profundamente marcadas pelos fatores de gênero, raça, classe, geração e território. Recife é uma cidade segregada, onde a população negra ocupa os territórios onde os serviços públicos são os mais precários, assim como as condições de moradia. As disparidades se apresentam em todos os campos das políticas públicas: saúde, educação, trabalho, emprego e renda, acesso à cultura, entre outros.

O racismo institucional permeia os diferentes órgãos que constituem a administração municipal. Durante as gestões do Partido dos Trabalhadores, Recife se tornou referência nacional com o desenvolvimento e a implementação do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), através do qual eram promovidas ações de formação e articulação entre servidores e servidores de todas as secretarias e autarquias da Prefeitura. Reunidos num Grupo de Trabalho Intersectorial, servidores e servidoras planejavam e executavam ações de identificação das formas de manifestação do racismo em suas áreas, formulavam e executavam planos de trabalho para o enfrentamento ao racismo. Infelizmente, o que a gestão atual chama de PCRI não traz mais essas características, pois o programa foi completamente esvaziado.

MUITAS CIDADES DENTRO DE UM SÓ RECIFE - Os impactos provocados pelas desigualdades sociais afetam diretamente a vida da maioria dos mais de 1,6 milhão de moradores da capital pernambucana, tendo em vista que a maioria da população da cidade é negra e periférica. Em meio à crise mundial provocada pela Covid-19, os problemas se tornam ainda mais graves exatamente porque aprofundam as disparidades já existentes antes.

CUIDAR DA NOSSA GENTE - O Recife precisa voltar a cuidar de sua gente. Combater as desigualdades é garantir oportunidades, educação, saúde, segurança, habitação, mobilidade, qualidade de vida para TODOS e TODAS. Por isso, cuidar de nossa população, de forma ampla. Este Eixo concentra um conjunto de ações estratégicas para o enfrentamento a diferentes formas de opressão e desigualdades que permeiam a sociedade. Combater o racismo, o machismo, a LGBTQIA+fobia, o capacitismo e outras discriminações deve ser uma tarefa central de uma gestão democrático-popular.

PROPOSTAS GERAIS:
COMBANTE ÀS DESIGUALDADES
CUIDADO DA NOSSA GENTE

>> MULHERES

• PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS PARA MULHERES

- Fortalecimento da Secretaria Municipal da Mulher do Recife;
- Fortalecimento da participação social nas políticas para as mulheres na gestão e monitoramento das políticas;
- Capacitação de agentes do município para o planejamento, orçamento, elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de gênero e promoção da igualdade;
- Institucionalizar as políticas para as mulheres (garantindo previsão na PPA e LOA, constituição de equipe, estruturação e funcionamento do órgão gestor, dos programas e serviços);
- Desenvolver projetos e ações de Saúde da Mulher, dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde;

- Assumir o compromisso com a produção e divulgação estatísticas, indicadores e dados sobre as mulheres;

- Fortalecer a autonomia econômica das mulheres com programas voltados para a geração de renda e oportunidades: A independência econômica é uma das condições para a emancipação das mulheres e para o seu direito pleno ao exercício da cidadania. O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas é extremamente positivo, embora ainda se realize em condições muito desiguais.

O mercado de trabalho é desigual de forma estrutural. Mesmo em momento de crescimento econômico, com aumento da formalização do trabalho, a desigualdade permanece. Além de dificuldades de inserção, as mulheres ainda sofrem com o menor rendimento e a maior taxa de desemprego. No recorte de gênero e raça, mulheres negras vivem em maior precariedade e menor rendimento. Apenas no caso de trabalho não remunerado as mulheres chegam muito na frente. Neste sentido, nos comprometemos com:

- Criação de centro de empreendimentos Solidários nas RPAS, com capacitação para mulheres considerando vivências e estudos sobre potencial local de moradia;

- Capacitação de mulheres sem renda ou de baixa renda através da realização de cursos de fortalecimento da identidade feminina; trabalho e renda e especialização em áreas econômicas a partir de pesquisas locais.

- Formalização de parcerias com o setor privado para qualificando as mulheres em aprendizado e inserção no mercado de trabalho. Busca junto aos setores de produção e serviços, onde já existe programas voltado para as mulheres, criando possibilidades de formação e empregabilidade.

- Criação de programa voltado para mulheres ex-detentas, a partir do estudo de perfil social (moradia, filhos, idade) buscando sua reintegração à sociedade de forma humanizada através de educação e trabalho.

- Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres, por meio da assistência técnica, do fomento ao associativismo e cooperativismo, especialmente através do fortalecimento das redes de mulheres na economia solidária e pelo associativismo de crédito.

- Investir na formação profissional, garantindo igualdade de acesso aos programas de qualificação profissional que não reproduzam a limitação das mulheres às profissões vistas como femininas.

- Desenvolver ações que visem à objetivação e aplicação da legislação sobre isonomia salarial no serviço público.

- Capacitar gestores públicos para a igualdade entre homens e mulheres, realizando treinamentos e qualificação profissional com vistas à inserção de uma perspectiva de gênero e de raça na realização de políticas públicas e de ocupação de cargos de chefia.

- Criar e ampliar as políticas que garantam às mulheres o acesso aos recursos econômicos e naturais, valorizando seus saberes tradicionais, associados à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente, como no caso das pescadoras.

- Defender o desenvolvimento sustentável pelo viés ambiental, social, cultural e econômico, visando à erradicação da pobreza, com atenção especial nas mulheres.

- Desenvolver políticas ativas frente ao mercado de trabalho com a finalidade de estimular o aumento da taxa de atividade feminina, de formalização dos empregos e da ocupação de postos executivos e de comando.

- Desenvolver ações de elevação da escolaridade e ações de desenvolvimento socioeconômico ambiental como parte da construção do sistema público de emprego, trabalho e renda.

- Ampliar e fortalecer a rede de proteção às mulheres em situação de violência e intensificação das ações do combate à violência contra a mulher.

- Criação do programa municipal de enfrentamento e prevenção à violência doméstica, com multiplicação, ampliação e reequipamento dos Centros de Referência, Casas de Passagem e Casas Abrigo.

- Ofertar serviços articulados ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estabelecendo uma rede de trabalho e ações articuladas com os diferentes poderes e entes federados, movimentos de mulheres e os diferentes grupos e segmentos sociais comprometidos com a luta pelo fim da violência contra as mulheres.

- Utilizar os dados de violência de gênero como indicador para atribuir ponderação diferenciada nos critérios de seleção aos programas sociais da Prefeitura, priorizando o acesso de suas vítimas às políticas municipais. Da mesma forma, garantiremos acesso especial às mulheres com transtornos mentais e/ou com necessidades especiais.

- Promover a intersetorialidade na promoção da assistência integral às mulheres, através da estruturação de uma rede de apoio que integre as áreas de educação, saúde, geração de emprego e renda, assistência social, habitação, justiça e cidadania.

- Trabalhar a Educação para a igualdade, com enfrentamento do racismo, machismo e LGBTQIA+fobia em ações de educação formal e experiências de educação popular.

- O processo educacional cumpre um importante papel na construção da representação, reprodução e institucionalização das relações de gênero.
- Potencializar as ações de combate às discriminações ao sexismo e à violência contra a mulher é fundamental para enfrentar esta situação;
- Produzir campanhas educativas pelo fim da violência contra as mulheres e contra as desigualdades de gênero;
- Garantir que nas escolas da Rede Municipal se discutam amplamente as questões de gênero, raça/etnia, orientação sexual e deficiências físicas, por meio de formação continuada dos profissionais de educação e de condições materiais, teóricas e aportes metodológicos para os professores, capacitações e do estímulo para trabalhar esses aspectos, gerando agentes multiplicadores de formação;
- Incrementar o trabalho de educação sexual nas escolas, investindo no público adolescente, para tornarem-se agentes multiplicadores sobre DST/AIDS e gravidez não planejada;
- Realizar campanhas educativas nas escolas e demais instituições públicas sobre a divisão das tarefas domésticas;
- Desenvolver Programa de Elevação da Escolaridade com base na educação popular, considerando a diversidade de vivências das mulheres;
- Contribuir para o enfrentamento da violência de gênero no âmbito escolar, com ênfase no enfrentamento ao abuso e exploração sexual de meninas, jovens e adolescentes;
- Promover Sustentabilidade e justiça socioambiental – desenvolver e apoiar projetos de agroecologia em áreas urbanas e periurbanas da cidade, que são fortemente encabeçados por mulheres.
- Instituir programa de pagamento por serviços ambientais para mulheres envolvidas em ações de recuperação de áreas ribeirinhas da cidade e dos canais.
- Promover concessão de uso de áreas para terras agricultáveis voltadas para populações em situação de insegurança alimentar com garantia de representação paritária entre homens e mulheres.
- Criação de um programa de doação de sementes e apoio para criação de bancos comunitários de sementes.
- Garantir assistência técnica e financiamento de infraestrutura e apoio à produção.

- Implantar um programa de aquisição de alimentos produzidos nas áreas beneficiadas, de forma a garantir a comercialização da produção cumprindo sistema de cotas estabelecidas no Programa de Compras Públicas e no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

- Desenvolver ações educativas para alimentação saudável e de efetivação dos compromissos assumidos no guia de alimentação do Ministério da Saúde e valorização de saberes e práticas das mulheres no preparo de alimentos.

- Moradia digna para as mulheres com garantia de registro e titulação das habitações.

- Priorizar as mulheres idosas, em situação de violência e com deficiência nos programas habitacionais do município.

- Priorizar a titularidade das mulheres nos programas de habitação popular.

- Considerar no momento de fixação das mulheres nas moradias suas características familiares, suas habilidades e potencialidades.

- Cultura e acesso a espaços públicos com apoio a projetos culturais protagonizados por mulheres.

- Promover e fortalecer as expressões culturais da população negra, indígena e de comunidades tradicionais, promovendo exposições, feiras, dentre outras iniciativas;

- Estabelecer um programa permanente de oficinas, cursos e workshops que valorizem o fazer cultural das mulheres, nos diversos segmentos;

- Criar mecanismos, premiações, programas de incentivo e fomento à produção cultural das mulheres, em suas diversas modalidades;

- Lançar editais que contemplem manifestações artísticas e culturais das mulheres das periferias, contemplando as diversas linguagens;

- Realizar Festival de Cinema para mulheres;

- Garantir edital para cultura feminina afrobrasileira.

- Comunicação livre de discriminação e promotor da igualdade

- Construir mecanismos de monitoramento e controle social dos conteúdos veiculados nos espaços de mídia e comunicação, assegurando participação ativa, constante e capilarizada das mulheres.

>> JUVENTUDE

As profundas desigualdades que marcam o Recife atingem em cheio as juventudes da cidade, diversas, plurais e submetidas a condições desiguais de vida. Parte expressiva dos jovens do Recife não tem acesso a renda, moradia digna e qualificação educacional. Muitos jovens da periferia, sobretudo jovens negros, são submetidos a processos de violência, exclusão e encarceramento. Dos jovens que conseguem obter alguma fonte de renda, a maioria é submetida à informalidade e a condições precárias de trabalho. Além disso, não há quase nenhuma integração entre a juventude e os diferentes territórios da cidade, processo prejudicado pelo caro e deficitário acesso ao transporte público, o que acaba gerando o isolamento social de certos territórios. Ainda assim, essa juventude resiste e segue inovando e produzindo cultura, especialmente nas periferias, muitas vezes criminalizada por setores que não percebem a cultura e as expressões artísticas dos jovens como fonte de identidade coletiva e renda para o conjunto do município.

PROPOSTAS GERAIS PARA JUVENTUDE

- **Emprego e cidadania**

- Elaborar amplo diagnóstico das condições socioeconômicas da juventude do Recife;
- Promover forte política de primeiro emprego, especialmente orientadas à população de baixa renda da cidade;
- Desenvolver programa de inclusão, educação e qualificação profissional dos jovens nas comunidades do Recife;
- Desenvolver programa para redução da informalidade laboral entre jovens e buscar promover regulamentações para atuação de aplicativos de entrega no município;
- Desenvolver políticas voltadas à promoção da cidadania de jovens em situação de rua;
- Articular os programas de Habitação Popular do governo com políticas que garantam acesso da juventude;
- Desenvolver programas de inclusão digital.

- **Proteção da juventude negra**

- Promover forte diálogo com a sociedade sobre a superação do processo de violência contra a juventude negra, com o objetivo de dar visibilidade a essa questão e buscar soluções que envolvam toda a cidade;

- Articular com diversos setores do governo, entre os quais a guarda municipal, ações de combate à violência contra a juventude negra nas periferias; Promover políticas integradas de acesso à renda, educação e cultura voltadas diretamente à juventude negra nas comunidades com maior índice de vulnerabilidade social.

- **Juventude e Cultura**

- Criar Semana da Juventude com Festival de Cultura de Rua nas comunidades do Recife;

- Atuar contra a criminalização da cultura produzida pela juventude nas periferias da cidade;

- Articular políticas de geração de renda com a produção cultural da juventude Promover centros de formação cultural com cursos gratuitos em bairros da periferia. Estes centros devem promover oficinas de leitura, de música, teatro, entre outras expressões culturais;

- Integrar práticas das ações culturais diretamente com as escolas municipais.

- **Participação Social e Gestão**

- Criar o Sistema Municipal de Juventude e seu correspondente Fundo Municipal de Juventude;

- Criar o Comitê Gestor da Juventude, responsável por articular e avaliar as políticas municipais voltadas à juventude. Este órgão estará ligado ao Gabinete da Prefeita e será o principal articulador das ações para a juventude;

- Promover o fortalecimento do Conselho Municipal de Juventude e a efetivação do Plano Municipal de Juventude;

- Criar cotas de participação da juventude nos diversos Conselhos Municipais, dado o impacto de várias áreas no dia a dia da juventude, viabilizando sua ampla participação na formulação de políticas públicas e no controle social;

- Articular políticas de juventude a programas de participação social como o Orçamento Participativo.

>> CRIANÇA E ADOLESCENTE

- Implantaremos o Sistema de Informação para a Criança e a Adolescência, que subsidiará a elaboração de um diagnóstico do setor, com vistas a apreender suas reais condições de vida. Isso subsidiará nossa política de promoção e proteção, por meio de um Plano Municipal de Políticas para a Criança e o Adolescente. Esse plano, articulado a outros, como o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente, será o instrumento que dará suporte às ações do município para essa área.

- Assumimos o compromisso de tornar efetivo o controle social por meio do fortalecimento dos Conselhos (de direitos e tutelares) na formulação e gestão da política para a criança e ao adolescente, dando-lhes efetiva condição de funcionamento. Vamos implantar e colocar em funcionamento o SIPIA (Sistema de Informação Para Infância e Adolescência) nos Conselhos Tutelares, instrumento que possibilitará o monitoramento, avaliação continuada e a atualização anual do diagnóstico da infância e adolescência no que se refere à violação de direitos.

- Fortalecer os serviços de proteção já existentes por meio de convênios com entidades federais e estaduais, além de estimular o uso de serviços telefônicos como o SOS-Criança, o Disque 100 e os telefones dos próprios Conselhos Tutelares para encaminhamento de denúncias.

- Instituiremos um programa de formação permanente para profissionais da Rede de Promoção e Proteção da Criança e do Adolescente, que terá entre seus objetivos a implantação Programas de Orientação Sexual, de prevenção ao uso das drogas e de educação para cidadania nas escolas públicas, garantindo o respeito às diferenças culturais, étnicas, religiosas e de gênero.

- Combater a exploração sexual infanto juvenil e desenvolver campanhas de esclarecimento junto à rede municipal de ensino, aos estabelecimentos comerciais, taxistas, agência de turismo, etc, elegendo como prioridade absoluta a coerção a esse crime hediondo.

- Adotaremos medidas para manter e ampliar o programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Governo Federal, mapeando os locais e os ramos de trabalho que exploram crianças como mão de obra infantil, denunciando e combatendo essas práticas.

>> PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

• **Inclusão de ferramentas de acessibilidade no novo Portal de Saúde do Município, com oferta das seguintes funcionalidades:**

- Língua brasileira de sinais para todas as opções de serviços do portal;
Aba de orientação sobre como usar o portal (com janela de libras e legenda nos vídeos tutoriais);

- Criação de central de libras da saúde, com os serviços de agendamentos para consulta, equipe de intérpretes de libras de plantão, e opção de teleatendimento para casos de urgências e emergências.

- Requalificação da Acessibilidade arquitetônica dos equipamentos de saúde;
Criação de programa de capacitação continuada em Língua Brasileira de Sinais (Libras) com carga horária mínima de 120 horas para os profissionais da Rede Municipal de Saúde;

- Criar programa de sensibilização para os profissionais de saúde e acompanhantes de pessoas com deficiência nas seguintes temáticas: acessibilidade atitudinal e especificidades no cuidado aos diferentes tipos de deficiência;

- Ampliar o Serviço de Assistência Domiciliar (SAD) para abranger o público infantil nos oito Distritos Sanitários;

- Realizar estudo para avaliar a viabilidade de criação de um Centro Especializado no atendimento às pessoas com alterações comportamentais (TEA, TDAH, TOD, entre outros), incluindo atendimento em todas as fases da vida, tendo em vista a crescente demanda desse público em todos os Distritos Sanitários da Cidade do Recife;

- Estruturar gradativamente os equipamentos de saúde com painéis visuais e sonoros para garantir a autonomia das pessoas com deficiência sensorial;

- Equipar todos os Distritos Sanitários com macas acessíveis para exames ginecológicos, com profissionais devidamente capacitados e manutenção regular destes equipamentos;

- Implantar Programa de pré-natal com Acessibilidade comunicacional – com acompanhamento de intérprete de libras durante toda a gestação da mulher, da primeira consulta até o parto. Tendo como diretriz o acompanhamento do mesmo profissional.

- Criar um programa de atendimento para cães-guias com o objetivo de democratizar o acesso de pessoa cegas ou com baixa visão a cães-guias;

- Criar o Programa de Formação Continuada para a comunidade escolar e comunidade em geral nas temáticas específicas da deficiência e implantar o ensino da educação inclusiva, bem como o ensino de libras e tiflogia como disciplinas curriculares nas escolas da Rede Municipal de Ensino do Recife, criando-se os respectivos cargos de professor nas disciplinas indicadas;

- Criar programa de capacitação de profissionais de Educação Física e os diversos profissionais de apoio sobre as especificidades, visando o atendimento às pessoas com deficiência devidamente matriculadas na rede regular de ensino;

- Mapear todas as salas de recursos da rede municipal para analisar suas estruturas e equipamentos, para então promover as devidas requalificações e manutenção dos recursos de tecnologia assistiva;

- Realizar busca ativa de crianças, adolescentes e jovens com deficiência que estejam fora da rede de ensino municipal;

- Requalificar as estruturas de ensino profissionalizante visando corrigir a falta de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica. Garantindo porcentagem de vagas para pessoas com deficiência nos cursos ofertados e promover a inserção de pessoas com deficiência no quadro de professores dos cursos de qualificação profissional;

- Estabelecer um percentual mínimo de 10% de participação de pessoas com deficiência nos programas esportivos planejados e desenvolvidos na cidade do Recife;

- Adequar, gradativamente, os equipamentos esportivos de lazer existentes na Cidade do Recife, objetivando atender as especificidades das pessoas com deficiência, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

- Criar um programa de promoção de qualificação cultural para o desenvolvimento das aptidões das pessoas com deficiência;

- Analisar a viabilidade da implantação da gratuidade para as pessoas com deficiência e seus respectivos acompanhantes em todos os eventos culturais esportivos e de lazer promovidos na cidade do Recife;

- Criar um selo de acessibilidade para os eventos que são realizados na cidade do Recife, com o objetivo de promover o acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tendo como critérios um checklist de infraestrutura que contemplem as normas da ABNT;

- Garantir a acessibilidade nos ciclos de eventos promovidos pela gestão;

- Promover editais de fomento à cultura com exigências de acessibilidade;
- Criar cota para produtores com deficiência em editais de fomento da cultura;
- Criar programa de qualificação profissional na ótica da acessibilidade para os profissionais da construção civil, que estejam prestando serviço para obras da cidade;
- Criar um fluxo dos projetos de obras da cidade garantindo que todos os projetos deverão passar pelo Núcleo de Acessibilidade da Prefeitura, para garantir que os projetos estejam de acordo com as normas de Acessibilidade;
- Criar projeto de inserção de jovens com deficiência no mundo do trabalho, com diálogos com as empresas localizadas no município e promover a inserção de pessoas com deficiência nas empresas prestadoras de serviço da prefeitura, sendo a cota, uma exigência para firmar contrato.

>> PESSOA IDOSA

- **Lazer Acessível** - Criação de centros de lazer e convivência para a terceira idade com atividades físicas, recreativas, pedagógicas etc., a partir de 64 projetos que contemplem adaptações arquitetônicas e urbanísticas, a fim de facilitar a locomoção dos idosos neles e no meio urbano.
- **Atenção global ao idoso** - Ações permanentes voltadas à saúde e qualidade de vida da pessoa idosa desenvolvidas em projetos de caráter multidisciplinar, com a participação de diversas secretarias.

>> PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Para combater o racismo e promover a igualdade racial nos municípios, é fundamental considerar seis premissas básicas:

- As políticas a serem implementadas devem e precisam ter caráter transversal, envolvendo o conjunto das secretarias e órgãos de gestão, bem como, a necessária presença de pessoas negras no primeiro escalão, para além dos órgãos de promoção da igualdade racial a serem criados;
- É fundamental a retomada das políticas de promoção da igualdade racial já desenvolvidas por administrações anteriores, petistas ou não petistas, atualizando as experiências adquiridas e projetando novas perspectivas;

- É essencial o enfrentamento à vulnerabilização e à violência contra a juventude negra a partir da compreensão que se trata de um problema com dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas que impactam a população como um todo;

- As mulheres são o epicentro das famílias negras, a principal força à sua manutenção e o segmento mais vulnerável da nossa sociedade. Todas as políticas públicas deverão tê-las como foco principal.

- Os programas nacionais voltados à promoção da igualdade racial criados nos governos do PT, em que pese terem sido abandonados pela extrema direita que governa o País, devem servir de referência para a elaboração de ações municipais.

- É necessário que os mandatos (Executivos e Legislativos) estejam atentos ao momento pós-pandemia e proponham projetos e programas capazes de contribuir com a recuperação dos grupos e regiões mais vulnerabilizados.

PROPOSTAS DE DESTAQUE PARA PROMOÇÃO A IGUALDADE RACIAL

- Atualizar o Programa de Combate ao Racismo Institucional, resgatando o formato e aperfeiçoando as estratégias para identificação e enfrentamento ao racismo institucional em toda a gestão pública municipal;

- Recompôr o Grupo de Trabalho Intersectorial de Enfrentamento ao Racismo Institucional, com participação de todas as secretárias e os órgãos da Prefeitura;

- Promover formação continuada com servidores e servidoras de todas as Secretaria e outros órgãos da Prefeitura, priorizando os de carreira, tendo em vista ser esta uma forma de perenizar, garantir continuidade às estratégias de enfrentamento ao racismo;

- Ampliar a fortalecer o Conselho da Igualdade Racial;

- Recriar a Diretoria de Igualdade Racial (que deverá planejar e coordenar a implementação de ações transversais de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial com todas as secretarias e órgãos da gestão municipal);

PROPOSTAS GERAIS PARA PROMOÇÃO A IGUALDADE RACIAL

• **Enfrentamento ao racismo religioso:**

A Constituição Federal assegura a liberdade religiosa e o caráter laico do Estado brasileiro. A administração municipal deverá desenvolver ações voltadas a essas comunidades tradicionais e religiosas no intuito de preservá-las, integrá-las econômica e socialmente, valorizando sua cultura, tradições, valores e formas de sociabilidade, além de defendê-las de ataques e discriminações a partir de:

- Mapeamento das comunidades religiosas do município e o estabelecimento de uma relação institucionalizada com suas lideranças, recebendo suas demandas e contribuições na área de políticas públicas de seu interesse
- Campanhas institucionais contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana;
- Punição dos meios de comunicação, dos agrupamentos religiosos e particulares que promovam o ódio religioso e ataquem quaisquer denominações religiosas, amparando-se no dispositivo constitucional que estabelece as concessões de canais de rádio e TV, na Constituição e nas leis ordinárias das três esferas de poder;
- Programas educativos voltados para a valorização das religiões de matriz africana.
- Assegurar a aplicação dos dispositivos da legislação vigente, especialmente em plano municipal, que assegura a liberdade de culto e crença das religiões afro-ameríndias, bem como assegurar a integridade das festividades e monumentos públicos que estejam correlacionados às respectivas manifestações religiosas.

• **Prioridade para as mulheres negras:**

As mulheres negras representam o segmento da nossa sociedade que mais sofre com a discriminação. Todavia, ao longo da história, foram quem - a despeito das ações do Estado no sentido contrário - garantiram a sobrevivência das famílias negras, durante e depois da escravidão. Assim, a gestão municipal deve desenvolver ou propor programas e ações que promovam a igualdade entre mulheres e homens, considerando as singularidades das mulheres negras priorizando:

- Criação e implantação de políticas públicas, por meio de normatizações legais ou ações junto a iniciativa privada que busquem igualdade de tratamento, de

salários e de oportunidades no mundo do trabalho, em especial no trabalho doméstico assalariado;

- Implantação de um Pacto Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, articulado com ações na área de segurança pública que visem a superação da discriminação;

- Criação de programas específicos de capacitação profissional, elevação de escolaridade;

- Criação de oportunidades de trabalho e renda para as mulheres negras, especialmente as trabalhadoras domésticas, as empreendedoras e aquelas com alto índice de vulnerabilidade;

- Incorporação das perspectivas de gênero e de raça nas metodologias de análises e avaliação da qualidade da educação, saúde, oportunidade de emprego e combate a todas as formas de violência;

- Adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, monitorando estatisticamente por meio do quesito raça/cor;

- Promoção de campanhas de combate ao racismo, ao feminicídio, à violência doméstica e sexual contra as mulheres negras, cis e trans;

- Programas de geração de renda para as mulheres que foram afetadas pelos efeitos da pandemia com a oferta de cursos profissionalizantes para requalificação e reinserção no mercado de trabalho.

>> POPULAÇÃO LGBTQIA+

- Fortalecer e ampliar o organismo de coordenação da política LGBTQIA+ garantindo a dotação orçamentária;

- Criação do Conselho dos Direitos da População LGBTQIA+ de Recife;

- Realização do Mapeamento das Famílias LGBTQIA+ de Recife;

- Garantir, ampliar e fortalecer programas de qualificação profissional da população LGBTQIA+;

- Instituição de uma cota de 5% para população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade nos programas de moradia;

- Construir uma parceria entre público e privado para empregabilidade da população LGBTQIA+ com prioridade para população de mulheres trans, travestis e homens trans;
- Garantia de serviços de Saúde com foco nas necessidades e realidade da população LGBTQIA+;
- Educação com foco nas necessidades e realidade da População LGBTQIA+;
- Desenvolvimento Econômico com foco nas necessidades e realidade da população LGBTQIA+;
- Combate à exploração sexual e violência da população LGBTQIA+;
- Criação de uma Casa de Acolhimento para População LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade;
- Apoio ao movimento social e cultural LGBTQIA+, assim como o apoio às paradas;
- Promover uma política de formação anti-LGBTQIA+fobia para trabalhadores do município que atuam na porta de entrada dos serviços públicos;
- Realização de campanhas Municipal de combate à LGBTQIA+fobia com veiculação nas emissoras de TV, rádios, jornais impressos e blogs etc.

EIXO 6

GESTÃO EFICAZ E DEMOCRÁTICA - PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA

O Recife vive um contexto, nos últimos sete anos, de desestruturação da administração municipal e enfraquecimento de sua capacidade de gerar resultados concretos para mudar as condições de vida da população, sobretudo da parcela em maior situação de vulnerabilidade. Os órgãos que gerenciam as políticas de moradia, urbanização de áreas ZEIS, de manutenção e limpeza urbana, de assistência social, da cultura popular, entre outros, foram subdivididos, sucateados, esvaziados de quadros técnicos e orçamentos, e suas atribuições terceirizadas. O resultado são ações sem conexão, com altos custos e baixos resultados.

O que impera é a lógica privatista de provisão da ação pública municipal, baseada nas terceirizações e concessões, com destaque para aquelas feitas às OSs – Organizações Sociais, fundações e empresas privadas, que contribuem sobremaneira para o desmonte do serviço público municipal.

Em relação à transparência e à participação da população nas ações da Prefeitura do Recife, há uma total ausência de canais efetivos de participação e controle, com profunda desvalorização dos conselhos setoriais de políticas públicas. Falta acesso às informações e, paralelamente, as dinâmicas de planejamento e execução de políticas públicas são desvalorizadas, pouco atrativas e incapazes de mobilizar a população. O orçamento público não é debatido e o que predomina são as tomadas de decisão fundadas em interesses de pequenos e seletos grupos.

Do ponto de vista da arrecadação municipal, a atual gestão apertou o cerco e as cobranças junto às classes médias e pobres, inclusive, não destinando tratamento semelhante às classes dominantes do capital. A estas últimas, não cobra proporcionalmente aos impactos gerados aos cofres municipais por empreendimentos do capital, pelo contrário, investe para viabilizá-los. A prática da renúncia de cobrança de tributos e multas de empreendimentos com impactos socioeconômicos e ambientais mantém-se e os incentivos municipais são seletivos para segmentos específicos (muitos dos quais para empreendimentos de impacto).

Já em relação às prioridades de gastos, prevalece a concentração, nas dimensões territorial, programática e socioeconômica, que desconsidera as desigualdades sociais entre as diferentes regiões da cidade e a discrepância no acesso

aos serviços públicos e de qualidade. A atual gestão municipal tem optado por orientar-se de forma alheia aos indicadores sociais e aos recortes específicos que explicitam a profunda desigualdade que o Recife vive. Como resultado, nos últimos sete anos, ampliou-se a fragmentação socioespacial na cidade e os investimentos municipais contribuíram em muito para isso.

PROPOSTAS DE DESTAQUE PARA GESTÃO EFICAZ E DEMOCRÁTICA - PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA

- Criação de um Programa de Gestão Democrática e Acompanhamento Transparente do Orçamento e das Políticas Municipais, desenhado e executado com participação popular e integração com conselhos municipais e o Fórum do PREZEIS.

- Criação de um cadastro único digital, que reúna as informações prestadas pelo Poder Municipal a cada cidadão, garantindo o acesso rápido e fácil à solicitação, acompanhamento e avaliação de serviços, assim como do orçamento público destinado a estes serviços.

- Reestruturação das autarquias municipais de urbanização (URB-Recife), de manutenção e limpeza urbana (EMLURB), de informática (EMPREL), de serviços urbanos (CSURB) e a Fundação de Cultura da Cidade do Recife (FCCR), ampliando suas capacidades de planejamento, execução e supervisão de projetos, ampliando e melhorando o atendimento à população.

PROPOSTAS GERAIS PARA GESTÃO EFICAZ E DEMOCRÁTICA - PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA

• Modernização da gestão municipal

- Implantação de Comitê de Modernização da Gestão Pública;

- Valorização de servidoras e servidores municipais, com ampliação de quadros via concurso público, implantação dos planos de cargos e carreiras na administração direta, autarquias e fundações, e fortalecimento do regime próprio de previdência);

- Realização de estudo sobre a viabilidade da criação de Carreira de

Especialista em Políticas Públicas e Gestão;

- Descentralização da gestão e desconcentração dos serviços com regionalização do Orçamento Municipal por RPA e equilíbrio na distribuição dos recursos de manutenção e novos investimentos, por bairros e comunidades do Recife, a partir de critérios de carência;

- Adoção de novos instrumentos de Gestão com comprovada eficiência em outras cidades do porte do Recife;

- Implantação do Laboratório de Inovação Pública – GovLab;

- Ampliação do Governo Municipal Eletrônico (e-governo);

- Garantia da laicidade do Estado, em todas as suas instâncias do serviço público;

- Implantação de sistema de indicadores com recortes raciais, de gênero, sexualidade, geração e acessibilidade, na formulação e execução das políticas públicas municipais.

- **Transparência e Participação Social**

- Criação de Programa Participativo de Metas e Gestão;

- Reestruturação dos Conselhos, Conferências e Planejamento Participativo, com priorização de quadros efetivos na representação governamental e fortalecimento da participação da sociedade civil;

- Reestruturação do Fórum do PREZEIS e garantia de financiamento do Fundo do PREZEIS, com recursos do orçamento municipal e oriundos de parte da aplicação dos instrumentos da outorga onerosa, IPTU progressivo e das compensações dos empreendimentos de impacto;

- Reformulação do Portal da Transparência com a publicação do Orçamento Fácil do Recife, disponível de forma impressa e em plataformas virtuais acessíveis, com dados e informações sobre o orçamento municipal compreensíveis para a maioria da população.

- **Gestão do Orçamento Público**

- Auditar a dívida pública do município para analisar a legalidade dos empréstimos contraídos e examinar o impacto de médio e longo prazo dos contratos e convênios estipulados para sua consolidação, bem como a evolução dos desembolsos para o serviço da dívida;

- Auditar os contratos da Prefeitura do Recife com as organizações sociais (OSs), fundações e empresas privadas e os procedimentos operacionais de concessões municipais que apresentem indícios de não cumprimento satisfatório das condições de legalidade, moralidade, razoabilidade, equilíbrio econômico, financeiro, eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos, em acordo com a Lei Federal 8.987/95;

- Combater a sonegação fiscal e priorizar a recuperação dos créditos tributários de grandes devedores (seja através da Execução Fiscal ou através de instrumentos de composição da Administração Fiscal com o Contribuinte);

- Promover campanhas de caráter informativo sobre a Administração Tributária;

- Estimular a composição entre fisco e contribuinte, buscando a diminuição da litigiosidade nos casos de créditos tributários de baixo valor ou de difícil satisfação;

- Atuar com rigor na arrecadação e cobrança de dívidas de tributos e multas municipais, com enfoque na Execução Fiscal dos débitos de eventos, empreendimentos e atividades com maior impacto social, ambiental e na demanda por serviços municipais.